

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

MAIO 2008

Secretaria de
Comunicação
Social



SUMÁRIO

página

■ Apresentação	3
■ Parte 1 – Brasil hoje	4
Retrato Social	5
Retrato Econômico	6
Democracia	7
Biocombustíveis e Alimentos	8
Política Externa	10
■ Parte 2 – Programas de 2007 e 2008 (resumos)	11
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	12
Agenda Social	13
Bolsa Família	14
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	15
Plano Nacional de Turismo – PNT	16
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	17
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem - Agenda Social	18
Programa de Aceleração do Crescimento – Funasa	19
Povos Indígenas – Agenda Social	20
Mais Cultura – Agenda Social	21
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	22
Quilombolas – Agenda Social	23
Mais Saúde	24
Registro Civil de Nascimento – Agenda Social	25
Territórios da Cidadania – Agenda Social	26
Reforma Tributária	28
Mulheres – Agenda Social	30
PAC Embrapa	31
Plano da Amazônia Sustentável – PAS	32
Política Industrial – PITCE	33
■ Parte 3 – Temas setoriais e atualidades	34
1º de Maio	35
Comparativo Cesta Básica e Salário Mínimo 2003-2008	36
Relação Capital-Trabalho	37
Previdência e Terceira Idade	38
Comparativo Econômico 2003-2008	39
Exportações por Bloco Econômico	40
Crédito	41
Ambiente de Negócios	42
Combustíveis	43
Energia	44
Desmatamento e Aquecimento	45
Agricultura	46
Mudança no Campo	47
Integração Nacional	48
Marcha dos Prefeitos	49
Aqüicultura e Pesca	50
Habitação	51
Inclusão Digital	52
Esportes	53
Promoção da Igualdade Racial	54
■ Parte 4 – Estudos, pesquisas, artigos e anexos	55
Conselhos e Conferências 2003 a 2008	56
Pnad 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	58
ODM – Relatório 2007 – Pnud	59
Artigo: Falso dilema da produção de alimentos, por Hélio Tollini	60
Artigo: Produzam biocombustíveis corretos, por Roger Cohen	62

APRESENTAÇÃO

Além das inúmeras atualizações de dados e de resultados das ações do Governo Federal, esta edição de maio traz sínteses dos novos programas (Embrapa, Política Industrial e Amazônia Sustentável). Enfoca o debate mundial em torno dos biocombustíveis e reproduz artigos de opinião que trazem informações adicionais sobre o tema.

Um quadro chamado “1º de Maio” reúne as conquistas dos trabalhadores, e é seguido de demonstrativo do poder aquisitivo do salário-mínimo. O quadro sobre a “Marcha dos Prefeitos” já indica os compromissos assumidos este ano.

Importante lembrar que Destaques é atualizado mensalmente e suas informações são públicas, podendo ser acessadas e reproduzidas livremente.

Críticas e sugestões serão bem-vindas, e podem ser enviadas ao endereço eletrônico: destaques.secom@planalto.gov.br

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br

Reprodução total ou parcial permitida mediante citação da fonte.
É livre a utilização de links para “Destaques” em sites web.

As edições anteriores poderão ser obtidas no seguinte endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/

Calendário de divulgação deste caderno (2008):

JAN	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
23	05	09	07	04	09	06	03	08	05	03

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

1 – BRASIL HOJE

Índice

Tema	Página
1. Retrato Social	5
2. Retrato Econômico	6
3. Democracia	7
4. Biocombustíveis e Alimentos	8
5. Política Externa	10

“Quero continuar fazendo um governo que conjugue uma política econômica correta e uma forte sensibilidade social, com uma gestão administrativa eficiente e um comando político acertado. Um governo que continue a diminuir as desigualdades entre pessoas e regiões. Um governo que aprofunde, ainda mais, a inserção soberana do Brasil no mundo.”

Presidente Lula, pronunciamento à nação em cadeia nacional, em 31out/06

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

RETRATO SOCIAL

Ações do governo beneficiam todas as camadas da sociedade

Redução da desigualdade

- Desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini caiu para 0,541 em 2006 (o menor desde 1981).
- Brasil pela primeira vez entre os países de alto IDH¹.
- País já ultrapassou a meta de reduzir à metade extrema pobreza até 2015 (ODM²).
- 9,7 milhões de brasileiros saíram da miséria (2003-2006).
- 20 milhões migraram das classes D e E para a classe C (2002-2007).

Aumento da renda

- Renda das famílias chegou a mais de R\$ 1 tri.³
- Renda média real aumentou 5,3% entre 2003 e 2006.
- Reajuste real de 53% do salário mínimo (jan/03-mar/08).
- 88% dos acordos salariais superaram inflação em 2007 (Dieese).

Qualidade de vida

- Aumentou acesso a bens de consumo duráveis entre 2005 e 2006: mais domicílios com geladeira, máquina de lavar roupa e televisão.
- De 2005 a 2006, aumentaram domicílios atendidos por energia elétrica (de 97,2% para 97,7%) e telefonia (de 71,6% para 74,5%).
- Aumento do acesso a saneamento básico, água e coleta de lixo, de 2 a 3 pontos percentuais nos últimos quatro anos.

Educação

- 236 mil jovens no ProJovem (fev/08), 385 mil alunos no Prouni (abr/08) e 229 mil vagas/ano no Reuni (abr/08).
- 10 novas universidades federais, duas consolidadas e três em tramitação, 48 extensões universitárias até 2006, 13 em 2007, duas em 2008 e 25 consolidadas.
- 214 novas escolas técnicas (64 escolas em 2003-2007, destas 50 em funcionamento, e 150 na expansão 2007-2010, destas 116 em execução de projetos ou licitação de obras).

Programas sociais

- 11 milhões de famílias no Bolsa Família (abr/08).
- R\$ 1,1 bi transferidos pelo BPC⁴, beneficiando 2,7 milhões de idosos/pessoas com deficiência.
- 7,6 milhões de pessoas no Luz Para Todos (abr/08).
- R\$ 8,4 bi contratados no Pronaf (ano agrícola 2006/2007).
- R\$ 403 mi no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2007.
- 448,9 mil famílias assentadas em 38 milhões de ha (2003-2007).
- Selo Combustível Social.
- Conta Caixa Fácil da CEF: maior programa de inclusão bancária do país, com 4,8 mi de contas ativas e saldo de R\$ 210 mi em crédito.
- Banco Popular do Brasil: 7.890 pontos de atendimento para abertura de conta corrente simplificada por população de menor renda.

Participação social

- Mais de 3,4 milhões de pessoas em 130 conselhos e 46 conferências.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

² Objetivos do Milênio.

³ Fonte: jornal "O Estado de S. Paulo" (2mar/08). Estudo da consultoria MB Associados.

⁴ Benefício de Prestação Continuada.

RETRATO ECONÔMICO

País volta a crescer de forma sustentável, com distribuição de renda e aumento do emprego formal

PIB

- R\$ 2,6 tri (+5,4% frente 2006). Cresce há 24 trimestres consecutivos.
- PIB per capita: R\$ 13,5 mil (+4,0% frente 2006).

Emprego

- 10,7 milhões de ocupações criadas, 8,6 milhões formais (jan/03-mar/08).
- Recorde histórico em 2007: 1,6 milhão de novos postos formais celetistas.
- Melhor 1º trimestre (2008) da série histórica do Caged: 554,4 mil postos.
- Menor taxa média anual de desocupação da série histórica em 2007: 9,3%.

Inflação

- Baixa e controlada: 4,73% nos últimos 12 meses (mar/08).

Consumo

- Consumo das famílias: R\$ 1,6 tri (+6,5% frente 2006). Cresce há 17 trimestres consecutivos.

Investimentos

- Investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo): R\$ 450 bi (+13,4% frente 2006 – maior taxa anual desde início da série histórica em 1996): 16 trimestres consecutivos de crescimento.
- Investimentos Estrangeiros Diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006) e US\$ 8,8 bi acumulados em 2008 (jan-mar/08 – melhor 1º trimestre da série histórica).
- País obteve classificação de grau de investimento (30abr/08).¹
- Investimentos brasileiros diretos no exterior: US\$ 7 bi em 2007 e US\$ 4,5 bi acumulados em 2008 (jan-mar/08).

Balança comercial²

- Exportações: US\$ 166,9 bi (+15,2%). Maior valor histórico.
- Importações: US\$ 135,2 bi (+38,0%). Recorde histórico.
- Saldo: US\$ 31,7 bi (-32,5%).

Reservas internacionais

- US\$ 195,8 bi (30abr/08). Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Superávit primário

- 6,39% do PIB acumulado em 2008 (jan-mar/08).

Produção industrial

- Mar/08: crescimento de 1,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Produção e venda de veículos

- Recordes históricos na produção (3 milhões) e nas vendas (2,5 milhões) em 2007.
- Melhor 1º quadrimestre (2008) em vendas: 867 mil unidades.

Comércio varejista

- Fev/08: crescimento de 12,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Agricultura

- 133,1 milhões de toneladas de grãos em 2007 (IBGE). Recorde histórico.

Crédito

- Atingiu em mar/08, R\$ 992,7 bi, equivalente a 35,9% do PIB (ver pág. 41).

¹ "investment grade" - agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) concedeu grau de investimento a títulos emitidos pelo Brasil.

² Acumulado nos últimos 12 meses (abr/08). Entre parêntesis, variação em relação a mesmo período do ano anterior.

DEMOCRACIA

Governo consolida canais de participação da sociedade, disponibiliza informações e fortalece órgãos de fiscalização

Transparência e controle

- Controladoria Geral da União (CGU) já fiscalizou R\$ 15,1 bi de recursos em 1.341 municípios sorteados em 24 estados e 69 temas¹ (até dez/07).
- CGU mobilizou mais de 19,8 mil cidadãos em 794 municípios; distribuiu mais de 1,3 milhão de cartilhas; sensibilizou mais de 116 mil estudantes sobre importância do exercício da cidadania e do controle social. Consulte a cartilha: http://www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Publicacoes/arquivos/cartilha_olhoVivo.pdf
- Portal da Transparência Pública: mais de 635 milhões de registros sobre gastos públicos do Governo Federal, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4,3 trilhões; 150 páginas de transparência em órgãos federais. Acesse: <http://www.portaltransparencia.gov.br>
- Instaurados mais de 26 mil processos administrativos disciplinares, acarretando 1.690 punições: 1.472 demissões, 121 destituições de cargos em comissão e 97 cassações de aposentadorias (2003 a ma/08).

Ampliação de mecanismos de fiscalização e controle (exemplos)

- Polícia Federal: combate ao crime organizado e desmantelamento de quadrilhas de tráfico, contrabando, corrupção e crime ambiental.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - com PF: repressão a crimes contra meio ambiente.
- Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI): combate a lavagem de dinheiro em cooperação internacional.
- Receita Federal do Brasil (RFB): unifica arrecadações da Fazenda e Previdência e reduz sonegação.
- Aprimoramento do Cartão de Pagamento do Governo Federal (dec. 6.370/2008 – 6fev/08).
- Dec. 6.428/2008 (14abr/08): regras mais rígidas para repasses financeiros a órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (ONG's).

Valorização e inovação administrativa

- Criação e fortalecimento das Secretarias Especiais de Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres, todas com status de ministério, em 2003.
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003).
- Criação da Secretaria de Relações Institucionais (2005): mais diálogo com Parlamento e entes federados.

Participação social

- Criação, recriação e consolidação de Conselhos Nacionais que promovem diálogo do poder público com a sociedade (ver pág. 56).
- 46 conferências nacionais contaram com participação de mais de 3,4 milhões de pessoas para aprimorar políticas públicas.
- Pluralidade social na agenda do Presidente.

¹ Exemplos: saúde, educação e segurança.

BIOCOMBUSTÍVEIS E ALIMENTOS

Interesses econômicos tentam transformar biocombustíveis em vilões da inflação mundial e do aumento do preço dos alimentos

Críticas sobre os biocombustíveis

- Biocombustíveis ocuparão área destinada à plantação de alimentos.
- “A disparada dos preços (dos alimentos) é estrutural, não conjuntural”¹.

Posição do Governo

- Aumento do preço dos alimentos resulta de combinação de fatores: alta do preço do petróleo; quedas nas safras de vários países; mudanças cambiais; especulação nos mercados financeiros e aumento do consumo de alimentos.
- Crise mundial de alimentos é uma crise de oportunidades e de distribuição. É ataque especulativo. Falta de confiança no dólar levou fundos de investimento a buscar lucros mais altos nas commodities.
- Problema da fome é acesso a alimentos. Solução é aumentar produção e produtividade de grãos e demais alimentos. Brasil tem batido recordes de produção de grãos (previsão para 2008: 140 milhões de ton).
- Protecionismo e subsídios agrícolas dos países desenvolvidos tiram competitividade de países pobres.
- Disparada de preço do barril de petróleo impacta custo de alimento, devido a frete, insumos e fertilizantes.
- Biocombustíveis são instrumento de transformação econômica e social em países mais pobres. Geram renda e emprego, sobretudo no campo.
- Produzem energia limpa e renovável. Sustentabilidade e equilíbrio entre os aspectos ambiental e econômico.
- Produção brasileira de etanol é à base de cana-de-açúcar². Ocupa menos de 0,8% da área agricultável, não reduz área de produção de alimentos, nem a utiliza para sua produção. Cana rende cerca de oito vezes mais energia do que consome e rende seis vezes mais que milho.
- Nos EUA, etanol é produzido à base de milho: alimento humano e animal.
- Expansão é compatível com meio-ambiente e produção de alimentos.
 - Fome diminuiu no período em que cresceu uso dos biocombustíveis.
 - Desde 1995, produção de alimentos triplicou e área plantada aumentou só 19%.
- Favorece agregação de valor em matérias-primas oleaginosas de origem nacional e desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços.
- Reduz importação de petróleo, com efetivos ganhos na balança comercial.

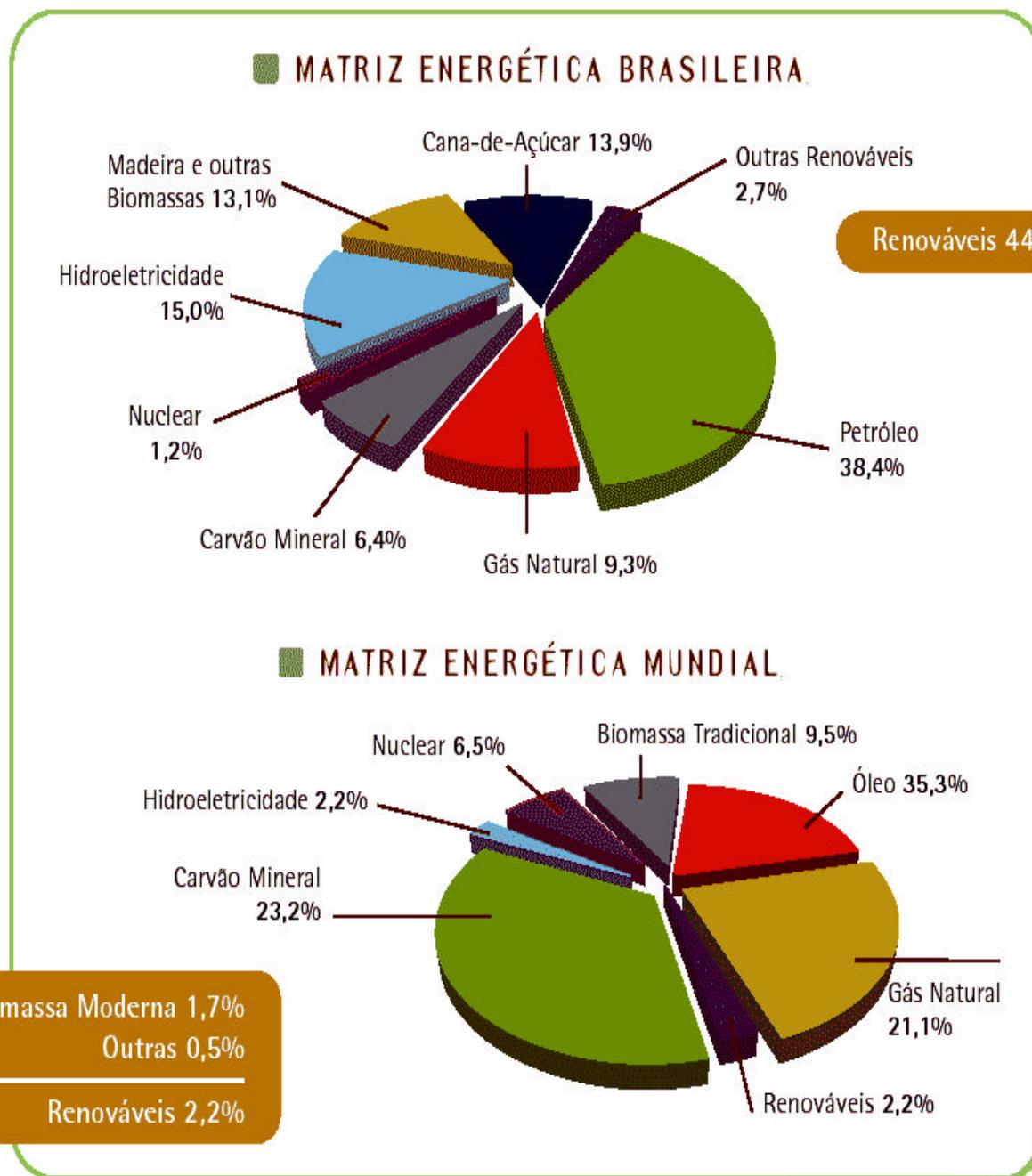
Perspectivas

- “Conferência de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar Mundial e os Desafios Climáticos e a Bioenergia”, em Roma, de 3 a 5jun/08.
- “Conferência Internacional sobre Biocombustíveis” (nov/08), em São Paulo.
- Selo Combustível Social: pressupõe compra de produção da agricultura familiar.
- 100 mil agricultores familiares inseridos em Programa de Biodiesel.
- Zoneamento agroecológico da cana: previsto para 2ºsem/08.
- Conselho da União Européia discute utilização de 10% de etanol até 2020.

¹ Jean Ziegler, relator da ONU pelo Direito à Alimentação.

² Nos EUA, produção de etanol provém do milho – que substitui produção de alimentos por combustível.

BIOCOMBUSTÍVEIS E ALIMENTOS



Fonte: Ministério de Minas e Energia

Pronunciamento do Sr. Presidente a respeito do tema

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Discursos/pr625-2@.doc>

POLÍTICA EXTERNA

País defende seus interesses e amplia influência na política global

Relações multilaterais

- Rodada de Doha (OMC): com G-20, Brasil se torna interlocutor indispensável ao atuar na defesa dos países em desenvolvimento, pela redução do protecionismo, contra distorções do comércio agrícola.
- Mudanças climáticas: países pobres são principais vítimas do aquecimento global causado pelos países ricos: responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- Aquecimento global: redução do desmatamento e diversificação de matriz energética. Uso de biocombustíveis é alternativa para dependência de fontes não-renováveis (caras e concentradas em poucas mãos). Etanol deve ser *commodity*.
- ONU: participação ativa no processo de reforma, a favor de maior representatividade. Participação em operações de paz, levando em conta necessidades de desenvolvimento sustentável (exemplo: Haiti).

América do Sul e Mercosul

- América do Sul é prioridade: construção de espaço econômico interligado e socialmente solidário. Para isso, aumento significativo do comércio, que absorve mais exportações brasileiras do que dos EUA e multiplicação de obras de infra-estrutura, criando malha de conexões energéticas, viárias e de comunicações.
- Mercosul: principal eixo da estratégia de inserção regional. Comércio intra-bloco atingiu R\$ 30 bi em 2006 (contra US\$ 4 bi em 1990). Fundo de Convergência Estrutural tem aporte de US\$ 115 mi para lidar com assimetrias. Brasil: maior contribuinte (70%). Parlamento do Mercosul é realidade.
- Banco do Sul (ata de fundação assinada em dez/07): um banco de fomento genuinamente sul-americano, para financiar projetos em setores-chave.
- Unasul¹: prevista adoção do Tratado Constitutivo em reunião em Brasília, em mai/08.

Cooperação Sul-Sul

- Brasil defende nova geografia mundial: não excludente, global, fundada em parcerias para promover paz, justiça e desenvolvimento integral dos povos.
- Ibas²: com África do Sul e Índia, é foro inovador de diálogo político e cooperação trilateral, com três grandes democracias em desenvolvimento, de três continentes. Um novo impulso à cooperação Sul-Sul como pilar fundamental na construção de ordem internacional mais inclusiva e solidária.
- Cúpulas regionais pioneiras da América do Sul com África (segunda cúpula, em Caracas, este ano); e países árabes; participação ativa em processo de paz no Oriente Médio (Conferência de Annapolis, nos EUA).

Parceiros tradicionais

- Diálogo maduro e equilibrado com os países desenvolvidos faz Brasil mais ouvido. Não é mais possível excluir países em desenvolvimento das decisões globais. É esta a razão do diálogo ampliado no G-8.
- Cooperação com os EUA: muito além dos biocombustíveis.
- Parceria estratégica com União Européia e com parceiros europeus: cooperação energética com Alemanha; cooperação militar com a França (submarino nuclear).

Países da Ásia

- Aprofundamento de relações com potências asiáticas (Rússia e China); retomada de parceria com Japão (centenário da imigração japonesa em 2008). Maior aproximação como Ásia, região do mundo que mais cresce.

¹ Unasul: União de Nações Sul-Americanas .

² Ibas: Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul.

2 – PROGRAMAS DE 2007 E 2008

Índice

Tema	Página
■ Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Lançamento: 22/01/2007 – www.brasil.gov.br/pac	12
■ Agenda Social	13
■ Bolsa Família http://www.mds.gov.br	14
■ Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE Lançamento: 24/04/2007 – www.mec.gov.br	15
■ Plano Nacional de Turismo – PNT Lançamento: 13/06/2007 – www.turismo.gov.br/	16
■ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci Lançamento: 20/08/2007 – www.mj.gov.br/	17
■ Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Lançamento: 05/09/2007 – www.projovem.gov.br/	18
■ Programa de Aceleração do Crescimento – Funasa Lançamento: 19/09/2007 – www.funasa.gov.br/	19
■ Povos Indígenas – Agenda Social Lançamento: 21/09/2007 – www.funai.gov.br	20
■ Mais Cultura – Agenda Social Lançamento: 04/10/2007 – www.maisbrasil.gov.br/cultura.php	21
■ Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação Lançamento: 20/11/2007 – www.mct.gov.br	22
■ Quilombola – Agenda Social Lançamento: 20/11/2007 – www.presidencia.gov.br/seppir	23
■ Mais Saúde Lançamento: 05/12/2007 – bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsauade/	24
■ Registro Civil de Nascimento – Agenda Social Lançamento: 06/12/2007 – www.presidencia.gov.br/sedh/	25
■ Territórios da Cidadania – Agenda Social Lançamento: 25/02/2008 – www.territoriosdacidadania.gov.br/	26
■ Reforma Tributária Encaminhada ao Congresso Nacional em 28/02/2008 www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf	28
■ Mulheres – Agenda Social Lançamento: 05/03/2008 – 200.130.7.5/spmu/docs/II_PNPM.pdf	30
■ PAC Embrapa Lançamento: 23/04/2008 – www.embrapa.gov.br	31
■ Plano da Amazônia Sustentável – PAS Lançamento: 08/05/2008	32
■ Política Industrial Fase II – PITCE Lançamento: 12/05/2008	33

PAC: CRESCIMENTO ACELERADO

Balanço de um ano do PAC (em 22jan/08) revela gestão eficiente; resultados se traduzem em novo dinamismo da economia brasileira

“...O PAC é o maior conjunto de investimentos públicos na história deste País. São quase 504 bilhões de reais investidos hoje, em coisas de interesse da sociedade: portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, habitação, saneamento básico e urbanização de favelas...” Presidente Lula

Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos da ordem de R\$ 503,9 bi até 2010, divididos em três eixos: logística (R\$ 58,3 bi), energia (R\$ 274,8 bi) e social e urbano (R\$ 170,8 bi).
- Garante significativas desonerações de tributos para incentivar investimentos, além de contemplar medidas fiscais de longo prazo. Valor das desonerações previsto para 2007 e 2008 ultrapassa R\$ 16 bi.

Balanço do 1º ano (jan/08)

- 2.126¹ ações monitoradas: 62% em obras, 23% em licitação e 15% em projeto ou licenciamento.
 - Em quantidade, 98% têm andamento satisfatório (86% com ritmo adequado e 12% merecem atenção); 2% estão preocupantes, com atraso significativo ou elevado risco.
 - Em valores, 98% têm andamento satisfatório (82% estão adequadas e 16% merecem atenção); 2% estão preocupantes.
- Em 2007, foram destinados R\$ 16,5 bi do OGU² para investimentos do PAC: 97% empenhados.
- Os pagamentos ao longo do ano de 2007 totalizam R\$ 7,3 bi: R\$ 4,5 bi (27% da dotação) do exercício e R\$ 2,8 bi de despesas de anos anteriores (70% da dotação dos restos a pagar).
- TCU: 82% dos empreendimentos monitorados liberados (32 de 44 empreendimentos).
- Licenciamento ambiental: Ibama emitiu 70 licenças.
- Das 27 medidas institucionais que integram o PAC, 18 já foram aprovadas pelo Congresso Nacional: destaque para as leis que criam o Fundo de Investimentos em Infra-Estrutura e a do Fundo de Investimentos com recursos do FGTS.

Fonte: Balanço PAC 1º Ano – www.brasil.gov.br/pac

¹ A variação de empreendimentos monitorados pelo PAC passou de 2.014 em setembro para 2.126 devido à inclusão de projetos nas áreas de saneamento e habitação e do agrupamento e desmembramento de ações.

² Orçamento Geral da União.

AGENDA SOCIAL

Cidadania e inclusão social na ordem do dia

Agenda Social – Agenda para o País

- Em 2007, a partir da experiência acumulada com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade, o Plano Nacional da Educação – PDE, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, o Programa Mais Saúde e a “Agenda Social”, cuja execução iniciou-se neste ano.

Objetivo

- A “Agenda Social” tem o objetivo de consolidar uma política garantidora de direitos, reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres, buscar a gestão integrada e o aprofundamento do pacto federativo entre Governo Federal, estados e municípios.

Eixos

- Compreende ações nos seguintes eixos de atuação:

Redução das desigualdades

- Ampliação dos benefícios do Bolsa Família.
- Geração de oportunidades às famílias do Bolsa Família.
- Ampliação dos serviços sócio-assistenciais – prioridade às famílias do Bolsa Família.
- Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural.

Juventude

- ProJovem.

Direitos da Cidadania

- Mulheres.
- Quilombolas.
- Povos Indígenas.
- Criança e Adolescente.
- Pessoas com Deficiência.
- Registro Civil de Nascimento.
- Povos e Comunidades Tradicionais.

Cultura

- Mais Cultura.

BOLSA FAMÍLIA

Maior programa de transferência de renda do mundo é ampliado e aprimorado, com ênfase na geração de oportunidades

2003-2006

- Beneficia 11 milhões de famílias, em todos os municípios brasileiros.
- Boa focalização e busca ativa dos mais pobres junto a indígenas, quilombolas, libertos de situação similar à escravidão e famílias com crianças em situação de trabalho infantil.
- 85% das crianças e adolescentes são monitorados na frequência escolar.
- Beneficiários têm maior frequência e menor evasão escolar.
- Contribuiu com 21% da queda da desigualdade entre 2003/05.
- Contribuiu para reduzir desnutrição e mortalidade infantil e promove segurança alimentar e nutricional.
- Benefício gera dinamismo na economia local.
- Maior poder às mulheres, pois são elas que recebem o benefício.
- Estudos mostram que não há acomodação das famílias beneficiárias.
- Cerca de dois milhões de famílias já deixaram o Programa pelo aumento na renda ou em decorrência de auditoria.

2007- 2010

- Reajuste do benefício em 18,25% em ago/07, passando da faixa dos R\$ 15 a R\$ 95 pagos para R\$ 18 a R\$ 112.
- Benefício máximo passa para R\$ 172.
- Ampliação do benefício, em mar/08, para adolescentes de 16 a 17 anos, desde que estejam frequentando a escola (até dois benefícios de R\$ 30 por família). 1,3 milhão de adolescentes já recebem. Estimativa é atingir 1,75 milhão.
- Ampliação dos pontos de pagamento em regiões longínquas e de difícil acesso.

Geração de oportunidades às famílias

- Em 2008, será iniciado “Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família”. Meta é qualificar e inserir profissionalmente nas obras do PAC 200 mil beneficiários, a começar pela construção civil nas 11 regiões metropolitanas, onde estão alocados 70% dos recursos do programa. Parceria entre empresários do setor, trabalhadores e três esferas de governo.
- Inclusão bancária – 500 mil famílias receberão benefícios em suas contas bancárias em todo o país em jun/08. Ampliação no 2ºsem/08.
- Meta de 120 mil famílias em programas de microcrédito.
- Iniciativas de economia solidária.
- Prioridade para beneficiários nos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos – EJAs.

PDE - EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Investimentos de R\$ 15 bi até 2011 orientados para melhoria de qualidade da educação e redução do analfabetismo

Educação Básica

Formação de professores

- Universidade Aberta do Brasil: 290 pólos implantados e 270 pré-selecionados.
- Pibid¹ - bolsas de iniciação à docência. Meta para 2008: 20 mil bolsas.

Avaliação dos estudantes

- Provinha Brasil: avalia alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Aplicação começou em abr/08. 3.133 municípios receberam kit da Provinha.
- Educacenso: censo escolar por aluno, visa melhoria das informações e da aplicação de recursos. Alcança 198 mil escolas e 53 milhões de estudantes.

Apoio ao aluno e à escola

- Fundeb: 2º ano de implantação, investimento de R\$ 3,2 bi.
- Ensino Fundamental de 9 anos: de 24% (2005) para 44% (2007) das matrículas.
- ProInfância (escolas de educação infantil): 499 municípios beneficiados.
- Caminho da Escola (ônibus escolar): 1.623 municípios habilitados (financiamento BNDES). 178 municípios autorizados (valor total de R\$ 80 mi).
- Laboratórios de informática e conexão à rede em todas as escolas públicas até 2010. 29 mil laboratórios em 2008; 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010.
- Programa Banda Larga na Escola: 55 mil escolas (40% das escolas atendidas em 2008, 40% em 2009 e 20% em 2010). Lançado em 8abr/08.
- Olimpíadas: Matemática (17 milhões de estudantes) e Português (6 milhões de estudantes, em parceria com Fundação Itaú Social).
- Ampliação do PNATE,² PNAE³ e PDDE⁴ para toda educação básica. Orçamento adicional de R\$ 602 mi.

Adesão federativa ao PDE:

- Todos os estados e 5.416 municípios aderiram até 30 abr/08 (entre eles, os 1.242 prioritários).

Educação Profissional e Tecnológica

- 214 novas escolas técnicas: 64 em 2003/07 (destas, 50 em funcionamento) e 150 na expansão 2007/2010 (destas, 116 em execução de projetos ou licitação de obras).

Educação Superior

- Dez novas universidades federais, além de duas consolidadas e três em tramitação.
- 48 novas extensões universitárias em 2003/06, 13 novas em 2007, duas em 2008 e 25 extensões consolidadas.
- Reuni:⁵ ampliação de acesso à universidade federal (de 124 para 229 mil vagas/ano), aproveitando estrutura existente. 100% de adesão das Ifes.⁶
- Prouni:⁷ bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda (385 mil beneficiados). 48 mil contratos do Fies em 2007 e previsão de 100 mil em 2008.

1 Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência.

2 Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

3 Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4 Programa Dinheiro Direto na Escola.

5 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

6 Instituições Federais de Ensino Superior.

7 Programa Universidade para Todos.

PNT - PLANO NACIONAL DE TURISMO

Rumo, planejamento e ousadia são marcas das políticas para o setor

1º Plano Nacional de Turismo - PNT (2003-2006)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.

2º Plano Nacional de Turismo - PNT (2007-2010)

- Lançado em 3 jun/07, o 2º PNT – Uma Viagem de Inclusão – tem por objetivos:
 - Desenvolver qualidade do produto turístico.
 - Promover turismo como fator de inclusão social.
 - Fomentar competitividade do turismo brasileiro nos mercados nacional e internacional.
- Investimentos previstos:
 - R\$ 5,63 bi para infra-estrutura: obras complementares ao PAC – saneamento, pavimentação; melhoria, adequação e modernização de rodoviárias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista.
 - R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.
- Principais metas (até 2010):
 - Promover 217 milhões de viagens/ano no mercado interno.
 - Criar condições para gerar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações.
 - Gerar US\$ 7,7 bi/ano em divisas.
 - Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

Programa Viaja Mais – Melhor Idade

- 2ª fase, lançada em mar/08:
 - Incentiva pessoas com 60 anos ou mais, aposentadas ou pensionistas, a viajar em períodos de baixa ocupação. Pacotes customizados para a faixa etária, com taxas de juros abaixo do mercado para empréstimos consignados.
 - 25 operadoras. Estima-se credenciamento de 2.500 agências de viagem. Pacotes com origem em 12 estados, para 36 destinos. Meta para 2008: 50 mil pacotes. Na 1ª fase (ago a dez/07) foram vendidos 9 mil pacotes, de duas origens (SP e DF), para 23 destinos. Custo médio R\$850.
 - Viaja Mais Melhor Idade – Hospedagem (lançado em abr/08): além dos pacotes, hotéis credenciados oferecerão descontos de 50% (da tarifa praticada no Portal de Hospedagem¹) para pessoas acima de 60 anos.

Prodetur Nacional

- US\$ 1 bi para investimentos. Linha de crédito do BID, aprovada em fev/08, destinada a estados e municípios com mais de um milhão de habitantes.

Realizações em 2007

- 163 milhões de viagens no mercado interno.
- R\$ 1,2 bi em infra-estrutura, beneficiando 2.572 municípios.
- 152 mil pessoas qualificadas; 308 mil novos empregos e ocupações.
- R\$ 112,7 mi em promoção do Brasil no exterior (Embratur).

¹ O Portal de Hospedagem conta com apoio do Mtur e do Sebrae. É um website concebido para ser o mais completo guia on-line do setor de turismo: www.portaldehospedagem.com.br

PRONASCI

Programa articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas da violência

Implantação

- Até 2012, mais de R\$ 6,70 bi investidos no combate ao crime e apoio a jovens ameaçados de cair na delinquência. Prevê participação das comunidades na implantação das medidas.

Metas e realizações do Pronasci

- Cursos de formação para profissionais de segurança pública
 - Bolsa-Formação para policiais – até R\$ 400 mensais: 225 mil beneficiados até 2012.
 - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp): 81 instituições já cadastradas.
 - Cursos de ensino a distância: 240 mil capacitados até final de 2008.
 - Atualmente, 57.381 alunos freqüentam cursos de formação do Pronasci; 86.685 já inscritos para o segundo ciclo em 2008.
- Força Nacional de Segurança Pública articulada com polícias estaduais.
- Integração do jovem em situação de risco e sua família aos programas sociais do governo federal: projetos Mulheres da Paz, Protejo e Reservista Cidadão
- Prioridade às 11 regiões com maiores índices de violência e criminalidade: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF e GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), Vitória (ES), além de Fortaleza (CE), recentemente integrada às regiões prioritárias do Pronasci.
- Construção de pelo menos um presídio estadual em cada uma dessas regiões, criando-se, no mínimo, 46 mil vagas em quatro anos. Planos diretores do sistema penitenciário já concluídos em 11 regiões.
- Plano habitacional, em parceria com a Caixa Econômica Federal - oferecimento de crédito para compra de casa própria por policiais civis e militares, guardas municipais, bombeiros e agentes prisionais de baixa renda:
 - RS: 512 unidades habitacionais a entregar no 1º semestre.
 - AL: 304 unidades a entregar no início de mai/08.
 - BA: assinatura de convênio prevista para 8 mai/08 (309 unidades).
- Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM).
- Recursos do PAC para obras de urbanização e melhoria da infra-estrutura nas comunidades do Pronasci.

Pronasci soma-se a outras medidas

- Fortalecimento da Polícia Federal.
- Construção de presídios federais: Catanduva (SP), Campo Grande (MS) - ambos em funcionamento - Mossoró (RN), Porto Velho (RO) e Brasília (DF).
- Regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).
- Organização de 27 gabinetes de gestão integrada (com estados).
- Criação da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira.

PROJOVEM

Programa valoriza jovens em situação de vulnerabilidade social; ações são focadas em educação, profissionalização e inserção no mundo do trabalho

Brasil

- Brasil tem 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Cerca de 4,5 milhões fora da escola, sem concluir Ensino Fundamental, desempregados.

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹

- Oferece oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano.
- Articula, integra e amplia programas para juventude iniciados em 2003.
- Meta até 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas.
- Recursos: R\$ 5,4 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi.

Quatro modalidades:

1. **ProJovem Adolescente** (reformula o *Agente Jovem*). Serviço sócio-educativo para adolescentes de 15 a 17 anos, de famílias pobres. Oferece atividades sócio-educativas e benefício adicional ao Bolsa Família, de R\$ 30, limitado a dois benefícios por família, ou seja, até R\$ 60. Duração de 24 meses. Serão ofertadas 498 mil vagas em 2008, alcançando mais de 2,8 mil municípios (em 2007, o Agente Jovem atendeu 112,9 mil jovens. Em 2008, 90,5 mil jovens continuarão sendo atendidos no antigo formato).
2. **ProJovem Urbano** (reformula o *ProJovem*). Beneficia jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever mas não concluíram o Ensino Fundamental. Oferece possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental, aprendizado de uma profissão e desenvolvimento de ações comunitárias. Valor do benefício: R\$ 100/mês (durante 18 meses). Serão ofertadas 250 mil vagas em 2008 (desde 2005, foram matriculados no ProJovem aproximadamente 235 mil jovens em capitais e regiões metropolitanas).
3. **ProJovem Campo** (reformula o *Saberes da Terra*). Beneficia jovens agricultores entre 18 e 29 anos. Oferece possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental em regime de alternância, com calendário adaptado ao ciclo agrícola e às características do campo. Valor do benefício: R\$ 100 a cada dois meses (durante 24 meses). Serão ofertadas 35 mil vagas em 2008 (desde 2005, o Saberes da Terra atendeu a 8,6 mil jovens agricultores).
4. **ProJovem Trabalhador** (reformula o *Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica*). Beneficia jovens de 18 a 29 anos, desempregados, membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Facilita a inserção no mundo do trabalho por meio de qualificação profissional e desenvolvimento humano. Valor do benefício: R\$ 100/mês (durante 6 meses). Serão ofertadas 320 mil vagas em 2008. Entre 2007 e 2008, o Consórcio Social da Juventude e o Juventude Cidadã beneficiaram cerca de 146 mil jovens, e o Escola de Fábrica beneficiou, desde 2005, cerca de 9 mil jovens.

¹ Legislação: MP 411/07, que reformula lei 11.129/05, criou o ProJovem. Aprovada na Câmara, seguiu para análise do Senado.

PAC FUNASA

Governo leva saneamento a pequenas comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos e áreas de interesse epidemiológico

Características

- Desenvolvido e implementado por Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde (Funasa), prevê investimentos de R\$ 4 bi até 2010.
- Serviços priorizados: implantação de redes de distribuição de água, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo e limpeza urbana.

Quilombolas e comunidades indígenas

- **Quilombos:** serão investidos cerca de R\$ 170 mi em fornecimento de água de boa qualidade e adequação do esgotamento sanitário para mais de 45 mil famílias. Em 2007, foram contratados R\$ 23,4 mi, para beneficiar 8.092 famílias em 92 comunidades de 49 municípios.
- **Áreas indígenas:** serão investidos cerca de R\$ 200 mi em abastecimento de água tratada e encanada, beneficiando 62% da população indígena. Em esgotamento sanitário, o objetivo é atender 50% das aldeias. Em 2007, foram contratados R\$ 33,9 mi para beneficiar 484 aldeias.

Interesse epidemiológico

- **Doença de Chagas:** 622 municípios em área endêmica receberão investimento de R\$ 280 mi para reconstrução de 35 mil moradias, para minimizar disseminação da doença, principalmente em MG, BA e RS. Em 2007, foram contratados R\$ 81,1 mi para beneficiar 190 municípios.
- **Malária:** serão contempladas populações sujeitas à malária na região amazônica. R\$ 120 mi para implantação de ações de manejo ambiental e drenagem urbana. Em 2007, foram contratados R\$ 46,4 mi.

Municípios de até 50.000 habitantes

- **Abastecimento de água:** 1.326 municípios receberão investimentos de R\$ 1,12 bi. Em 2007, foram contratados R\$ 214,2 mi para beneficiar 252 municípios.
- **Esgotamento sanitário:** 500 municípios receberão investimentos de R\$ 1,4 bi. Em 2007, foram contratados R\$ 358 mi para beneficiar 120 municípios.
- **Melhorias sanitárias domiciliares:** 500 municípios receberão investimentos de R\$ 280 mi. Em 2007, foram contratados R\$ 117 mi para 185 municípios.
- **Resíduos sólidos:** oito municípios receberão investimentos de R\$ 12 mi.

Pequenas comunidades

- **Programa Nacional de Saneamento Rural:** serão aplicados R\$ 300 mi, para água de boa qualidade e esgotamento sanitário. Em 2007, foram contratados R\$ 10 mi para 289 escolas rurais e R\$ 53,9 mi para 658 comunidades rurais.

Ações complementares

- Serão aplicados R\$ 120 mi na construção de 25 unidades regionais de controle da qualidade da água e apoio a 210 cooperativas com projetos de coleta e reciclagem de materiais. Em 2007, foram contratadas quatro unidades.

POVOS INDÍGENAS

Ações do governo promovem resgate cultural e dos direitos de cidadania das populações indígenas

Agenda social – Povos Indígenas

- Orçamento: R\$ 305 mi para triênio 2008/2010.
- Ações desenvolvidas pela Funai junto aos Territórios da Cidadania, em parceria com o MDA, MinC e MMA: assistência técnica e extensão rural a áreas indígenas, promoção cultural dos povos indígenas (instalação e manutenção de casas de cultura, comercialização de artesanato e cursos de capacitação) e gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

Estrutura-se em torno de três programas

1. **Proteção das Terras Indígenas:** regularização fundiária, implantação de territórios indígenas da cidadania (Alto Rio Negro, Dourados e Raposa Serra do Sol), recuperação de áreas degradadas, monitoramento ambiental e proteção de povos isolados.
 2. **Promoção dos Povos Indígenas:** documentação e valorização das línguas, valorização do patrimônio cultural, implantação de pontos de cultura e auto-sustentação econômica.
 3. **Qualidade de vida dos Povos Indígenas:** criação de sistema de acompanhamento e avaliação das condições de vida dos povos e fortalecimento do controle social.
- Inclusão dos povos indígenas em programas sociais: Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada (BPC), Cesta Alimentos, Carteira Indígena, Cisterna, Luz para Todos e Salário-Maternidade.

Metas para 2008

- Demarcações de 39 terras: 12 concluídas, 17 iniciadas, três em processo de licitação e sete sem procedimento iniciado. Até 2010, está prevista a demarcação de 127 terras.
- Indenização e reassentamento de três mil famílias.
- Combate à intrusão¹ em 12 mil ha de terras.
- Articulação das ações setoriais nos territórios indígenas.
- Documentação de 20 línguas indígenas.

Cenário

- 440 mil indígenas aldeados (estimativa).
- 220 etnias.
- 180 línguas.
- 63 referências de povos indígenas isolados².
- 615 Terras Indígenas.
- 12,5% do território nacional.
- 22% da Amazônia Legal.

¹ Ocupação de não-índios em terras indígenas, sem autorização do órgão indigenista oficial.

² Povos que não têm contato com a sociedade e que são preservados.

MAIS CULTURA

Promover acesso à cultura e à diversidade é investir em um país de todos

Agenda Social – Mais Cultura – Diretrizes

- Dar acesso aos bens culturais e meios para a expressão simbólica e artística.
- Promover diversidade cultural e social, auto-estima, sentimento de pertencimento, cidadania, liberdade dos indivíduos e emancipação social.
- Qualificar ambiente social das cidades, ampliando oferta de equipamentos e espaços que permitam acesso a produção e expressão cultural.
- Gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores das micros, pequenas e médias empresas, assim como empreendimentos de economia solidária no mercado cultural brasileiro.

Linhas de ação – metas até 2010

1. Cultura e Cidadania – cidadania, identidades e diversidade: garantir acesso dos brasileiros a bens e serviços culturais.
 - Pontos de Cultura; Pontões de Cultura; capacitação cultural; microprojetos culturais; Vale-Cultura; ampliação de acesso a bens e serviços financiados pela Lei Rouanet; conteúdos para TVs e rádios públicas; livros populares; pontos de difusão, leitura, memória e brinquedoteca.
2. Cidade Cultural – qualificação do ambiente social e direito à cidade: ampliar oferta de equipamentos e acesso à produção e à expressão cultural.
 - Espaços comunitários e culturais multiuso: 100 bibliotecas e espaços construídos ou reformados; acesso da periferia aos centros urbanos: ingressos subsidiados para atividades culturais, aproveitamento da capacidade ociosa de espaços e equipamentos culturais e fomento à mobilidade urbana.
3. Cultura e Renda – ocupação, renda, emprego e financiamento da cultura: gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micros, pequenas e médias empresas.
 - Microcrédito cultural: 150 mil operações, valor médio R\$ 900. Linhas de crédito para empresas culturais: 22 mil operações, valor médio R\$ 10 mil. Programa de apoio às comunidades artesanais: 170 comunidades, valor médio R\$ 90 mil.

Territorialização

- 2.615 municípios dos 26 estados da Federação e do DF com os menores IDH's¹ e Ideb's², abrangendo: Territórios da Cidadania, regiões do semi-árido e da bacia do rio São Francisco, BR-163 e as 11 regiões metropolitanas do Pronasci com maiores índices de homicídios.

Orçamento Mais Cultura 2007-2010

- Orçamento total de R\$ 4,7 bi, assim divididos: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.

Alguns destaques

- Bibliotecas públicas: objetivo é zerar déficit de municípios sem biblioteca.
- Previsão de implantação de 630 bibliotecas e modernização e qualificação de 4.500 bibliotecas da rede pública.
- Incentivo à realização de 24 mil microprojetos culturais.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Principais resultados alcançados no âmbito do Plano de Ação de C,T&I para o Desenvolvimento Nacional, por prioridade estratégica

I - Expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

- Inaugurada Sala de Situação para gestão do Plano de Ação de C,T&I.
- Instalada Ouvidoria-Geral do MCT.
- Instalado Comitê-Executivo de cooperação entre MCT/Consect¹/Confap².
- Inaugurada 1ª Rede de Educação e Pesquisa da Região Nordeste (RN).
- Inaugurado Centro de Nanociências e Nanotecnologia, na ABTLuS³ (SP).
- Lançada Incubadora de Revistas Científicas Digitais pelo IBICT⁴.
- Assinado protocolo de intenções Fapesp⁵/MCT/CNPq (R\$ 70 mi), para financiar pesquisas em bioenergia e mudanças climáticas globais (SP).
- Realizada avaliação de 138 propostas para CT-Infra (R\$ 160 mi).
- Anunciado reajuste de 23% e 25% para bolsas (CNPq e Capes) de mestrado e doutorado, respectivamente.

II - Promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Apoiados 319 bolsistas de Desenvolvimento Tecnológico Empresarial.
- Instalado Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Tecnologia – Sibratec.
- Edital CNPq/Fapeam⁶ para bolsa pesquisador na empresa (R\$ 1,5 mi).
- Aprovadas 62 propostas de cooperação ICT-empresa com o Sebrae.
- Lançada linha de crédito especial - na faixa de R\$ 500 mil a R\$ 10 mi - para projetos nas áreas de C&T, para ganhadores do Prêmio de Inovação.
- Finep contratou operações no valor de R\$ 27 mi.

III - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas

- Lançado Ano Regional do Planeta Terra na América Latina e Caribe.
- Disponibilizadas imagens do CBERS-2B sobre desmatamento.
- Lançados dois foguetes de sondagem brasileiros da série VSB-30, fornecidos pelo IAE⁷ à Agência Espacial Alemã.
- Apoiado projeto Rede Nacional de Seqüenciamento de DNA (R\$ 2 mi).
- Inaugurado o 1º Centro de Treinamento para Projetistas de Circuito Integrado do País, em Porto Alegre, parceria MCT/UFRGS⁸.

IV - C,T&I para o desenvolvimento social

- Construção do Centro de Vocação Tecnológica em Natal (R\$ 3,5 mi).
- Abertas inscrições para 4ª Olimpíada de Matemática.

¹ Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia.

² Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa.

³ Associação Brasileira de Tecnologia Luz Síncrotron.

⁴ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

⁵ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

⁶ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

⁷ Instituto de Aeronáutica e Espaço.

⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

QUILOMBOLAS

Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira

Agenda Social Quilombolas

- Viabiliza acesso à terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e assistência social a famílias quilombolas – bem como seu pleno atendimento pelos programas sociais, como o Bolsa Família.
- Objetivo é atender, até 2010, 1.739 comunidades, localizadas em 22 estados, 330 municípios e 120 territórios rurais, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.

Ações até 2010

- Regularizar 60% das comunidades quilombolas:
 - Das 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas, esperam-se concluir 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária¹.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades.
- 280 mil exemplares de material didático relacionado à história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do Ensino Fundamental.
- Construção de cerca de 950 salas de aula.
- Acesso a programas sociais como Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Saúde Bucal, Alfabetização, Cestas de Alimentos.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras na bacia do rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etnodesenvolvimento.

Metas para 2008

- Levar o Bolsa Família a todas as comunidades.
- Finalizar 220 relatórios de demarcação.
- Atender 390 comunidades no fomento à inclusão produtiva.
- Construção de 296 salas de aula.
- Dez projetos de alfabetização, atendendo, inicialmente, 13,5 mil pessoas.
- Água e esgoto, Programa Saúde da Família e Saúde Bucal para 137 comunidades.
- Energia elétrica em 15 mil domicílios.

¹ Título definitivo é expedido pelo Incra.

MAIS SAÚDE

Mais investimentos para melhorar acesso, qualificar atendimento, modernizar gestão e promover pesquisa e capacitação profissional

Investimentos: R\$ 89,5 bi para saúde¹

- R\$ 65,1 bi no PPA.
- Investimentos de R\$ 24,4 bi entre 2008/11 – EC 29.

Promoção e atenção à saúde

- Planejamento familiar.
- Monitoramento de gestantes e população de 0 a 5 anos.
- Qualificação de profissionais, universalização do Programa Saúde da Família.
- Ampliação do Brasil Sorridente, Internação Domiciliar e Farmácia Popular do Brasil.
- Atendimento médico a 26 milhões de alunos da rede pública.
- Estímulo a práticas de alimentação saudável e de atividade física, regulamentação do teor de sal e gordura nos produtos industrializados.

Produção, desenvolvimento e cooperação em saúde

- Incentivo para indústrias privadas, produtoras de medicamentos e insumos.
- Conclusão da Hemobrás até 2010.
- Modernização de 75% dos laboratórios da Rede Nacional de Saúde Pública.
- Aumento de 50% na quantidade de medicamentos produzidos pelos 19 laboratórios oficiais.

Gestão, trabalho e participação

- Instalação de mais de 100 ouvidorias do SUS.
- Criação de 302 complexos para agendar consultas, internações e exames especializados, atendendo 107 milhões de pessoas.
- Capacitação de 373 mil técnicos.

Mais acesso e melhor qualidade

- Abertura de 400 novos centros de especialidades odontológicas.
- 430 novos centros de atenção psicossocial.
- 1.500 núcleos de apoio à Saúde da Família.
- 1.900 novas unidades básicas de saúde a cada ano.
- Proporcionará geração de 3 milhões de empregos diretos e indiretos.

¹ Apresentado em 5dez/07, antes da rejeição da CPMF.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Objetivo do governo é erradicar sub-registro de nascimento no País

Agenda Social – Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

- Com orçamento de cerca de R\$ 100 mi até 2011, objetiva erradicar sub-registro de crianças com até um ano e expandir acesso à documentação básica: CPF, RG e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- Registro de nascimento é condição para acesso a outros documentos civis básicos e à participação em programas sociais.

Prioridades

- Amazônia Legal e municípios com indicador de sub-registro acima de 25%.
- Povos indígenas, populações tradicionais, trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis, pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos.
- Municípios sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.

Metas

- Implantação de pontos de emissão de registro civil nos 400 municípios sem cobertura, em locais de emissão de documentação civil e maternidades.
- Interação com o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, para atender os 120 territórios rurais e adquirir 27 unidades móveis.
- Realização de serviços itinerantes de registro civil e implantação de mil pontos de emissão de carteira de trabalho, promovendo a inscrição gratuita de CPF nesse documento.
- CPF gratuito a incluídos no Cadastro Único do Programa Bolsa Família e nos programas nacionais de reforma agrária e de agricultura familiar.
- Emissão gratuita de 1,5 milhão de RGs para pessoas de baixa renda.
- Criação do Sistema Informatizado de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas.

Ações

- Adesão de seis estados (AP, MA, RR, PA, PR e PI) e quatro outros com processo em andamento (AL, AM, GO e MT).
- Instalação de Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, que envolve ministérios, IBGE, Incra, INSS, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.
- Aquisição de duas unidades móveis pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural¹.
- Implantação de 364 novos pontos de emissão informatizada de CTPS, em 2007, em articulação entre Ministério do Trabalho e Emprego e Receita Federal.
- Etapa final do Projeto Piloto Registro Civil de Nascimento dos Povos Indígenas do Amazonas, cujos resultados orientarão o Plano Social para esses povos.

¹ Lançada, em 1ºabr/08, no Pará, a primeira unidade - Expresso Cidadã.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de oportunidades e políticas sociais

Características

- Beneficiários: 2 milhões de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais.
- Meta: 120 territórios até 2010 (60 em 2008).
- Recursos: R\$ 11,3 bi em 2008, 135 ações de 15 ministérios.

Objetivos

- Combate à pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

Eixos estruturantes

- Apoio às atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
- Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação, cisternas.
- Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

Critérios de seleção

- Menor IDH¹; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

Representação dos 60 Territórios da Cidadania

- Municípios: 958 (17% do total do País).
- População: 23,9 milhões de habitantes (14% do total do País).
- População rural: 7,8 milhões (27% do total do País).
- Agricultura familiar: 1 milhão de famílias (24% do total do País).
- Assentados da reforma agrária: 319,4 mil famílias (40% do total do País).
- Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21% do total do País).
- Comunidades quilombolas: 350 (37% do total do País).
- Terras indígenas: 149 (25% do total do País).
- Pescadores: 127,1 mil famílias (33% do total do País).

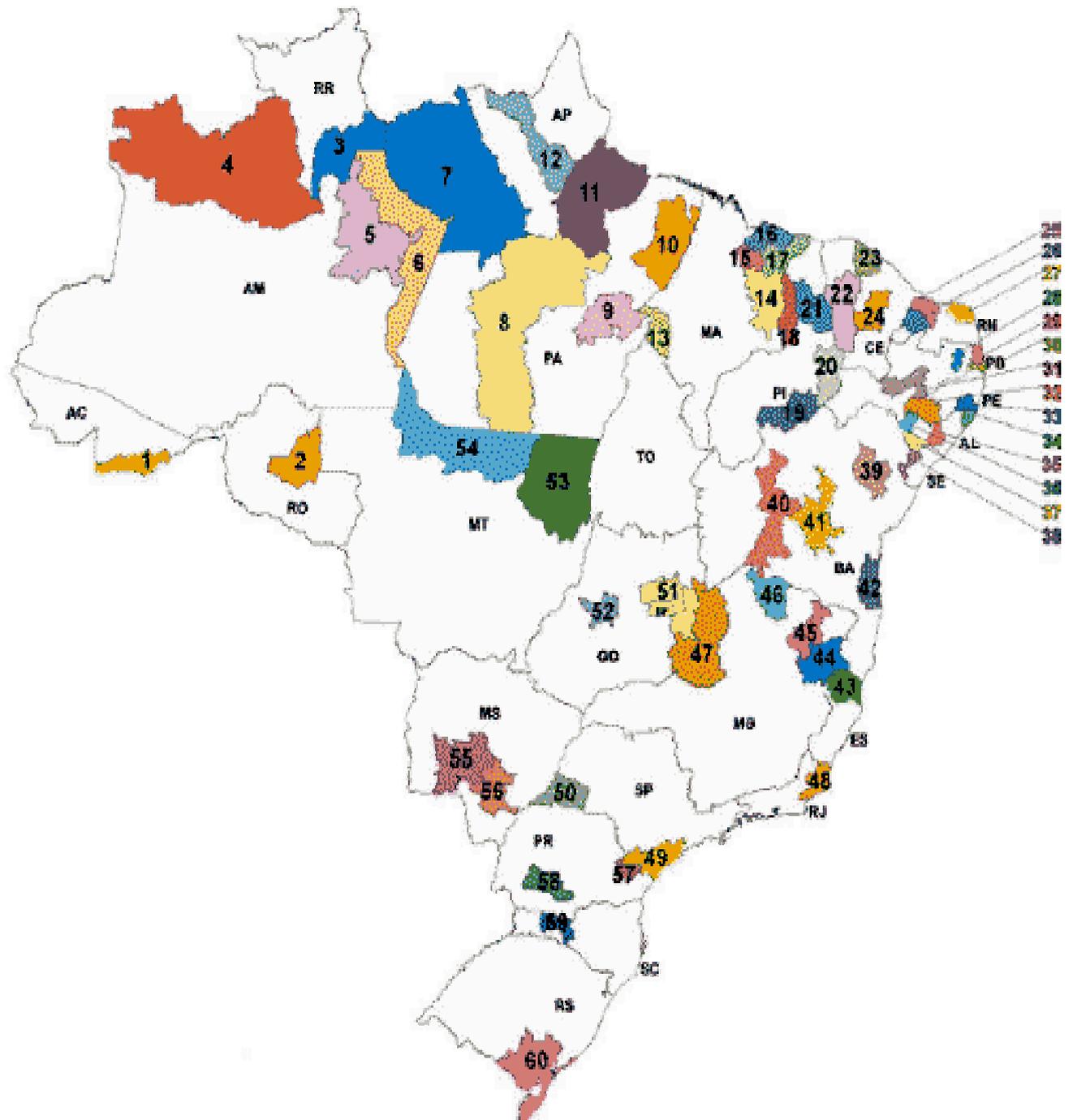
Implantação do programa

- 60 agendas territoriais realizadas; 9.126 participantes, entre representantes de prefeituras, governos estaduais, Governo Federal e sociedade civil.
- Protocolos de Cooperação Federativa, de pactuação com governo estadual e municípios assinados: CE, AL, RN, PI, AM, AP e ES.
- Comitês de Articulação Estadual implantados: CE, GO, AL, RN, PI, AM, RS, AP, ES e MA.
- Incorporação do Sebrae ao Programa, com investimentos de R\$ 60 mi.
- Em discussão, incorporação dos agentes financeiros e de fomento: BNDES, BB, CEF, Basa, BNB.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

OS 60 TERRITÓRIOS



REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta encaminhada ao Congresso Nacional racionaliza sistema tributário e amplia potencial de crescimento do País

www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

Principais problemas do sistema tributário atual

- Estrutura complexa, que implica custo elevado para apuração de tributos e cumprimento de obrigações acessórias pelas empresas.
- Incidências cumulativas (imposto pago em uma etapa da cadeia produtiva não gera crédito para etapas seguintes), onerando investimentos e exportações.
- Aumento de custos de investimento (prazo longo para empresas recuperarem créditos de impostos pagos sobre bens de capital).
- Resistência a ressarcimento de créditos de ICMS a exportadores.
- Guerra fiscal, que provoca situação de anarquia tributária, em que todos perdem: estados, que perdem receitas, e empresas, que vivem em ambiente de elevada insegurança jurídica, prejudicial aos investimentos.
- Elevadíssima tributação da folha de salários.

Principais objetivos da reforma

- Eliminação de obstáculos para produção mais eficiente e menos custosa.
- Fim da guerra fiscal.
- Redução de carga fiscal que incide sobre produtores e consumidores, principalmente pela desoneração da folha de salários.
- Estímulo à formalização.
- Desenvolvimento mais equilibrado de estados e municípios, com aperfeiçoamento de política de desenvolvimento regional.

Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais, quatro dos quais (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F), e um (CSLL) incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais do ICMS, com extinção do atual imposto e criação do "Novo ICMS".
- Fim da guerra fiscal, com cobrança do Novo ICMS no Estado de destino. Redução da alíquota na origem progressivamente, completando-se o processo no oitavo ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para Estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar Estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução, de 20% para 14%, da contribuição de empregadores para Previdência Social, com queda de 1 p.p./ano, a partir do segundo ano após a aprovação da reforma. Não haverá elevação de qualquer outro imposto para compensar desoneração, mas governo estuda como fazer para que medida não piore déficit da Previdência.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Ampliação da desoneração da cesta básica no momento da criação do IVA-F e do Novo ICMS (neste caso, desoneração será compensada por ajuste na alíquota).
- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o aumento do montante de recursos destinados a todas as regiões (permitindo, inclusive, aplicação de até 5% dos recursos em áreas menos desenvolvidas do Sul e Sudeste).
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada uma das áreas cujas fontes de financiamento estão sendo extintas.
- Ampliação da base de partilha federativa para base ampla de tributos, que inclui o IR, o IVA-F e o IPI. A medida é neutra do ponto de vista do montante de recursos transferidos a Estados e Municípios, mas melhora a qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com contribuições sociais.
- Mudança do critério de partilha municipal do ICMS, que hoje leva a grande iniquidade na distribuição de recursos entre municípios. Novo critério será definido em lei complementar.

Momento oportuno

- Crescimento econômico cria condições para acomodar interesses dos atores envolvidos na Reforma Tributária e, principalmente, para União cobrir custo de desoneração tributária, de melhoria da política de desenvolvimento regional e de compensação aos estados pela transição.
- Implantação da Nota Fiscal Eletrônica cria condições técnicas para calcular precisamente impacto da reforma sobre Estados (e, portanto, discutir racionalmente compensações), bem como reduz sonegação, facilitando implementação da reforma.

Impactos

- Melhoria de condições de crescimento e competitividade das empresas com desoneração de investimentos e exportações, simplificação do sistema e desoneração da folha de salários.
- Trabalhadores beneficiados com aumento da formalidade no mercado de trabalho, desoneração da cesta básica e maior transparência de tributos incidentes sobre consumo.
- Estados e Municípios, tomados em conjunto, têm aumento de receita com fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação propostos, nenhum Estado será prejudicado.
- Impacto muito positivo sobre PIB – estimado em, no mínimo, 10% após período de transição. Significa que é razoável esperar que, em função da reforma, PIB brasileiro cresça 0,5 ponto percentual ao ano a mais do que cresceria sem a reforma.

www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

POLÍTICAS PARA MULHERES

Brasil já conta com instrumentos para combater preconceitos, promover igualdade de gênero e resgatar cidadania das mulheres

Agenda Social – II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM)

- Lançado em 5mar/08.
- Representa mais um esforço do Governo Federal para promover a igualdade de gênero. Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em ago/07, cuja construção participativa envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres brasileiras em conferências municipais e estaduais, em todas as unidades da Federação.
- Ao todo são 91 metas, 56 prioridades e 394 ações distribuídas em 11 eixos:
 1. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
 2. Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta (justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar).
 3. Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.
 4. Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias.
 5. Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia.
 6. Enfrentamento às desigualdades que atingem jovens e idosas.
 7. Autonomia econômica e igualdade no trabalho, com inclusão social.
 8. Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica.
 9. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.
 10. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.
 11. Gestão e monitoramento do plano.

I Plano

- Lançado em 8dez/04.
- Implementação da Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres: ampliação do número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (404), Casas Abrigos (65), Centros de Referência (100), Defensorias Públicas da Mulher (15) e a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (53).
- Sanção da Lei Maria da Penha, em ago/06, que estipula ações e penas mais rigorosas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Criação de Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – serviço de utilidade pública que funciona 24 horas por dia e que já realizou 270 mil atendimentos, sendo 10% de relatos ou denúncias de violência.
- Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural: 275 mil mulheres beneficiadas com emissão de documentos civis e trabalhistas.

PAC - EMBRAPA

Programa prepara a instituição e organizações estaduais para os novos desafios à pesquisa agrícola

Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para o País consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para o conhecimento agrícola em áreas estratégicas como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

Recursos

- R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária (até dez/10): R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, a organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹, coordenado pela Embrapa.
- Recursos serão somados a orçamento anual e aplicados em custeio de novas frentes de pesquisa, construção de instalações físicas, modernização de laboratórios e contratação de pessoal.

Metas

- Dez projetos com 88 metas tecnológicas e institucionais até 2010.
- Um dos projetos trata da revitalização das organizações estaduais de pesquisa agropecuária e outro, do uso do monitoramento por satélite de obras civis, como instrumento de gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- Metas tecnológicas responderão a desafios como: agroenergia (sistemas de produção para etanol, biodiesel, florestas energéticas); alimentos seguros (novas variedades de mandioca, soja, milho, feijão, cenoura, banana); promoção da agricultura sustentável no bioma Amazônia (eliminação de queimadas e uso de sistemas agroecológicos); agricultura familiar (novas cultivares de fruteiras, fibras, grãos e oleaginosas adaptadas à seca, sistemas de produção orgânicos para pecuária, hortaliças e grãos); nanotecnologia (revestimentos comestíveis para aumentar tempo de prateleira de frutas); aproveitamento de recursos naturais (melhoria de eficiência no uso e diminuição de contaminantes das águas).
- Metas institucionais incluem criação de três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional, nos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, um braço privado para a Embrapa (Embrapa Participações), buscando maior parceria com setor privado e Embrapa Internacional, buscando maior presença global (laboratórios e escritórios na América Latina, África e Ásia).

Contratação de pessoal e orçamento anual

- Proposta: contratação de 750 pesquisadores e 460 profissionais de suporte à pesquisa em três anos.

¹ http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar antigo modelo de exploração predatória dos recursos naturais.

Características

- Beneficiários: toda população brasileira e, especialmente, 24 milhões de pessoas que habitam a Amazônia brasileira.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal, estaduais e representações da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas com ampla participação e representatividade.

Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população da Amazônia com implantação de modelo pautado na valorização do seu imenso patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infra-estrutura, para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas.

Eixos estruturantes

- Ordenamento territorial e gestão ambiental;
- Produção sustentável com inovação e competitividade;
- Infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável;
- Inclusão social e cidadania.

Compromisso dos governos federal e estaduais

- Promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sócio-cultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.
- Ampliar presença do Estado. Integrar ações dos três níveis de Governo, da sociedade e dos setores empresariais.
- Garantir soberania nacional, integridade territorial e interesses nacionais.
- Combater o desmatamento ilegal, garantir a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e mitigar as mudanças do clima.
- Promover utilização de áreas já desmatadas com aumento da produtividade e recuperação da floresta.
- Implementar o ZEE¹ e acelerar regularização fundiária.
- Aprimorar e ampliar crédito e apoio para atividades e cadeias produtivas sustentáveis.
- Reestruturar, ampliar e modernizar sistema multimodal de transportes, sistema de comunicação e estrutura de abastecimento.
- Promover utilização sustentável das potencialidades energéticas e expansão da infra-estrutura de transmissão e distribuição.
- Incentivar e apoiar pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Melhorar e ampliar acesso a serviços públicos nas áreas urbanas e rurais.
- Assegurar direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, e equidade social (gênero, geração, raça, classe social e etnia).

¹ Zoneamento Ecológico-Econômico

POLÍTICA INDUSTRIAL

Investir e inovar para promover o crescimento

Política de desenvolvimento produtivo

Baseia-se em três eixos principais: ampliação do investimento, da inovação e das exportações e está organizada em três níveis:

1. **Ações sistêmicas:** focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva nacional.
2. **Programas estruturantes:** voltados para setores ou complexos produtivos. Inicialmente, desenvolvidos programas para 24 setores.
3. **Destaques estratégicos:** micros e pequenas empresas, regionalização, integração produtiva da América Latina, desenvolvimento sustentável, exportações.

Metas para 2010

- Ampliar taxa de investimento para 21% do PIB.
- Aumentar investimentos privados em P&D¹ para 0,65% do PIB.
- Ampliar participação brasileira para 1,25% do comércio mundial.
- Aumentar em 10% número de micros e pequenas empresas exportadoras.

Instrumentos

- Incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica.
- Poder de compra governamental.
- Regulação técnica, econômica e concorrencial.
- Apoio técnico: certificação, metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial, de recursos humanos e outros.

Recursos

- Financiamento: R\$ 210,4 bilhões de financiamento do BNDES para investimentos em capital físico e em P&D na indústria e nos serviços.
- Desonerações tributárias da ordem de R\$ 20 bilhões entre 2008 e 2010.
- Mais de 30 medidas de desoneração do investimento, das exportações e da inovação.

Programas estruturantes

Elaborados para complexos produtivos, propõem metas específicas, desafios, instrumentos e iniciativas. Dividem-se em:

- **Programas mobilizadores em áreas estratégicas.** Foco na superação de desafios científico-tecnológicos: complexo da saúde; tecnologias de informação e comunicação; energia; nanotecnologia; biotecnologia; defesa.
- **Programas para fortalecer competitividade.** Foco em complexos produtivos com potencial exportador: automotivo; bens de capital; indústria naval; têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; madeira e móveis; plásticos; biodiesel; agroindústria, construção civil e serviços.
- **Programas para consolidar e expandir liderança.** Foco em setores com projeção internacional e capacidade competitiva: aeronáutico; papel e celulose; petroquímica, mineração, siderurgia, carnes.

¹ Pesquisa e Desenvolvimento.

3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

Índice

Tema	Página
1. 1º de Maio	35
2. Comparativo Cesta Básica e Salário Mínimo 2003-2008	36
3. Relação Capital-Trabalho	37
4. Previdência e Terceira Idade	38
5. Comparativo Econômico 2003-2008	39
6. Exportações por Bloco Econômico	40
7. Crédito	41
8. Ambiente de Negócios	42
9. Combustíveis	43
10. Energia	44
11. Desmatamento e Aquecimento	45
12. Agricultura	46
13. Mudança no Campo	47
14. Integração Nacional	48
15. Marcha dos Prefeitos	49
16. Aqüicultura e Pesca	50
17. Habitação	51
18. Inclusão Digital	52
19. Esportes	53
20. Promoção da Igualdade Racial	54

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

1º DE MAIO

Assalariado, especialmente de baixa renda, obteve ganhos inéditos nos últimos cinco anos; desemprego cai ao menor nível da história

Aumento de emprego e renda

- Salário mínimo real aumentou 53% (jan/03-mar/08).
- Renda média real aumentou 5,3% entre 2003 e 2006.
- Renda das famílias chegou a mais de R\$ 1 tri.
- 88% dos acordos salariais superaram inflação em 2007 (Dieese).
- Cesta básica e salário mínimo evidenciam aumento do poder de compra.
- De jan/03 a mar/08: criados mais de 8,6 milhões de novos postos formais de trabalho (Caged e Rais). Estimativa, a partir da Pnad e do Caged, aponta para a geração de 10,7 milhões de oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais) no período.

Conquistas dos trabalhadores

- Centrais Sindicais: Lei 11.648 (31mar/08) possibilita aos trabalhadores a participação em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite.
- Criação de 364 novos pontos da rede de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em 2007.
- Carteira de Trabalho Eletrônica (30abr/08) - registrará histórico do trabalhador (primeiro emprego até aposentadoria). Semelhante aos cartões bancários. Possibilitará consulta de saldo de FGTS, entre outras funcionalidades.

Trabalho e juventude

- Programa ProJovem Trabalhador: jovens de 18 a 29 anos desempregados.
- Bolsa: R\$ 100/mês (durante 6 meses), mais qualificação profissional. Ofertadas 320 mil vagas em 2008.

Igualdade de gênero

- Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural: 275 mil mulheres beneficiadas com emissão de documentos civis e trabalhistas.
- Salário-maternidade para desempregadas seguradas.

Habitação

- De 2003 a 2007: investidos em habitação R\$ 82 bi. Recursos federais foram de R\$ 44,3 bi, beneficiando 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% com renda de até 5 salários mínimos.
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS): R\$ 1 bi por ano. Em 2007, contratados:
 - R\$ 650 mi para urbanização de 146 assentamentos precários;
 - R\$ 304,4 mi para provisão habitacional;
 - R\$ 35,7 mi para elaboração de planos habitacionais pelos municípios; e
 - R\$ 9,7 mi na contratação de assistência técnica.
- Carta de Crédito FGTS: menor encargo mensal em financiamentos de R\$ 80 mil e menor renda familiar exigida.
- Redução da taxa de juros para financiamentos: de 8,66% para 8,16% ao ano, para renda até R\$ 4,9 mil e imóveis com valor máximo de R\$ 130 mil.

COMPARATIVO JAN/03 a JAN/08

CESTA BÁSICA X SALÁRIO MÍNIMO

Evolução dos valores da cesta básica e do salário mínimo, desde janeiro de 2003, evidencia crescimento robusto do poder de compra

Item cesta básica DIEESE (a)	Valor médio jan/03 (R\$) (b)	Correção jan/03-jan/08			Poder aquisitivo SM jan/03 (f=200/b)	Valor médio jan/08 (R\$) (g)	Poder aquisitivo SM jan/08 (h= 380/g)	Variação (%)				
		IPCA (c)	INPC (d)	IGP-M (e)				Valor médio jan/08 (R\$) (i=g/b)	IPCA (j=g/c)	INPC (l=g/d)	IGP-M (m=g/e)	Poder aquisitivo (n=h/f)
Carne	7,34	9,83	9,77	10,16	27	10,49	36	43	7	7	3	33
Leite	1,12	1,50	1,49	1,55	179	1,62	235	45	8	9	5	31
Feijão	2,73	3,66	3,63	3,78	73	5,10	75	87	39	40	35	2
Arroz	1,74	2,33	2,32	2,41	115	1,61	236	-7	-31	-30	-33	105
Farinha	1,73	2,32	2,30	2,39	116	1,84	207	6	-21	-20	-23	79
Batata	0,68	0,91	0,90	0,94	294	0,88	432	29	-3	-3	-6	47
Tomate	1,25	1,67	1,66	1,73	160	1,73	220	38	3	4	0	37
Pão	4,37	5,85	5,81	6,05	46	5,02	76	15	-14	-14	-17	65
Café	6,36	8,52	8,46	8,80	31	9,61	40	51	13	14	9	26
Banana	1,41	1,89	1,88	1,95	142	2,11	180	50	12	12	8	27
Açúcar	1,41	1,89	1,88	1,95	142	1,18	322	-16	-38	-37	-40	127
Óleo	2,73	3,66	3,63	3,78	73	2,83	134	4	-23	-22	-25	83
Manteiga	13,41	17,96	17,84	18,56	15	14,47	26	8	-19	-19	-22	76

Obs.: Valores (em R\$) dos itens da cesta básica do Dieese são calculados por quilo, com exceção de leite e óleo, medidos por litro.

RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO

Resgatar metade da população da informalidade; reverter longa queda da participação dos salários na renda nacional e redesenhar a reforma sindical no interesse da maioria excluída

Premissa, objetivos e processo

- Saída da prensa entre economias de trabalho barato e economias de produtividade elevada pelo lado alto (escalada de produtividade, valorização e qualificação do trabalho), e não pelo lado baixo (aviltamento salarial).
- Objetivos: um regime que inclua a maioria na formalidade e que assegure o vigor, a independência e a autenticidade da representação sindical.
- Processo: discussão ampla, com toda a nação, não apenas com organizações dos trabalhadores e dos empresários.

Superação da informalidade

- Combate agressivo à fraude dos regimes legal e tributário.
- Política industrial includente voltada para empreendimentos emergentes, com aconselhamento gerencial, ampliação do crédito e extensionismo tecnológico.
- Desoneração da folha salarial.

Aumento da participação dos salários na renda nacional

- Iniciativas institucionais distintas para diferentes níveis da pirâmide salarial:
 - Para a base: desoneração de quem emprega trabalhadores sem qualificação; incentivos tributários ao emprego e à qualificação desses assalariados
 - Para o meio: estatuto para disciplinar condições mínimas de trabalho e direitos de trabalhadores terceirizados, temporários ou não-assalariados; construção de mecanismos para representar e organizar esses trabalhadores.
 - Para o topo: efetivação do princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas, assegurada por acesso à contabilidade das empresas e sem converter o salário regular em remuneração variável.

Revisão do regime sindical

- Reconhecimento, em lei, o papel das centrais como organizações de âmbito nacional, inclusive como agentes capazes de negociar acordos nacionais sobre temas como vínculo entre aumento de salário e aumento de produtividade.
- Substituição do imposto sindical por regime coletivo e consensual de cobrança ("participação negocial").
- Garantia do direito e responsabilidade de representar todos os trabalhadores que atuem naquela base, com redesenho da unicidade sindical ao sindicato da categoria preponderante.
- Combate a práticas anti-sindicais.
- Organização legal da prática das negociações coletivas.

Leia a íntegra do texto no endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/nae/

PREVIDÊNCIA E TERCEIRA IDADE

Déficit diminui, gestão melhora e idosos recebem melhor atendimento

Balanço de 2008

- Em mar/08, déficit da Previdência Social caiu 46,7% em relação a mar/07 (de R\$ 4,95 bi para R\$ 2,64 bi). Regime Geral Urbano apresentou superávit de R\$ 1,03 bi no novo modelo que considera a renúncia fiscal – filantropia, benefícios rurais e Simples – como receita coberta pelo Tesouro, e déficit de R\$ 47,7 mi na contabilidade tradicional.
- Déficit do 1º tri/08 é de R\$ 9,81 bi, menos 17,2% ante mesmo período de 2007 (em jan/08 houve grande monta de sentenças judiciais pagas pela Previdência).
- Superávit do 1º tri/08 na área urbana foi de R\$ 1,40 bi na nova contabilidade¹.

Balanço de 2007

- Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento da Previdência caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)².
- Receitas crescem mais que despesas: em 2007, arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).
- Resultado é explicado pela melhora do mercado de trabalho formal, assim como por esforços na área de gestão de benefícios, como auxílio-doença e conclusão do censo previdenciário.

Realizações e avanços

- Menos filas: melhoria do atendimento – tempo médio de espera caiu de 104 min (out/05) para 58 min (fev/08).
- Ampliação do acesso: Plano Simplificado de Previdência para contribuintes individuais e facultativos previu redução da alíquota de 20% para 11%.
- Facilidades: marcação de exame médico-pericial para revisão de auxílio-doença por internet e maior atendimento a distância (internet e Central 135, com capacidade ampliada para 10 milhões de atendimentos/mês em 2007).
- Combate à fraude: censo da Previdência e criação da Receita Federal do Brasil. Forças-tarefa realizaram, entre 2003 e 2008, 152 operações: foram presos 941 fraudadores, sendo 98 deles em 2008 (já realizadas 10 operações).
- Incentivo à formalização de empregados domésticos (abatimento do IR).
- Salário-maternidade para desempregadas seguradas.
- Previdência e bancos assinaram acordo que garante um ano de isenção de tarifas pelo pagamento da folha do INSS – economia anual de R\$ 250 mi.

Idosos

- Estatuto do Idoso: ampliação do BPC³ – redução da idade de 67 para 65 anos e permissão para recebimento por mais de uma pessoa da mesma família.
- Reajuste real de 53% (jan/03-mar/08): benefícios baseados no salário mínimo.
- Contracheques de mais de 25 milhões de segurados enviados pelos Correios, duas vezes por ano, a partir de mar/08.

¹ Déficit de R\$ 1,85 bi na contabilidade tradicional.

² Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude de pagamento de sentenças judiciais no valor de R\$ 2,4 bi.

³ Benefício de Prestação Continuada.

COMPARATIVO ECONÔMICO 2003-2008

Varição de indicadores econômicos e sociais selecionados revela que Brasil consolida bons fundamentos e estabilidade

Indicador	jan/2003	jan/2008	variação (%)
PIB (R\$ bilhões de 2007)	2.121 ¹	2.559 ²	+21
Balanco de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	3.231	+353
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	944	-18 ³
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,15	+12
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	181.378	+382
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	4.814	+431
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	1.548	+755
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	221	-85
Juros Selic (% a.a.)	25,00	11,25	-55
Crédito total (% do PIB)	21,8	34,8	+60
Dólar comercial (R\$)	3,44	1,77	-49
Inflação IPCA (% a.m.)	2,25	0,54	-76
Cesta Básica (valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA, período jan/03 a jan/08 – em R\$)	192	191	0
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	36,9	+29
Taxa de desocupação (%)	11,2	8,0	-29
Salário mínimo real (R\$)	261	380	+46
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	118,50	+28
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,6 ⁴	133,1 ⁵	+36
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	135,83	+45

1 PIB 2002.

2 PIB 2007.

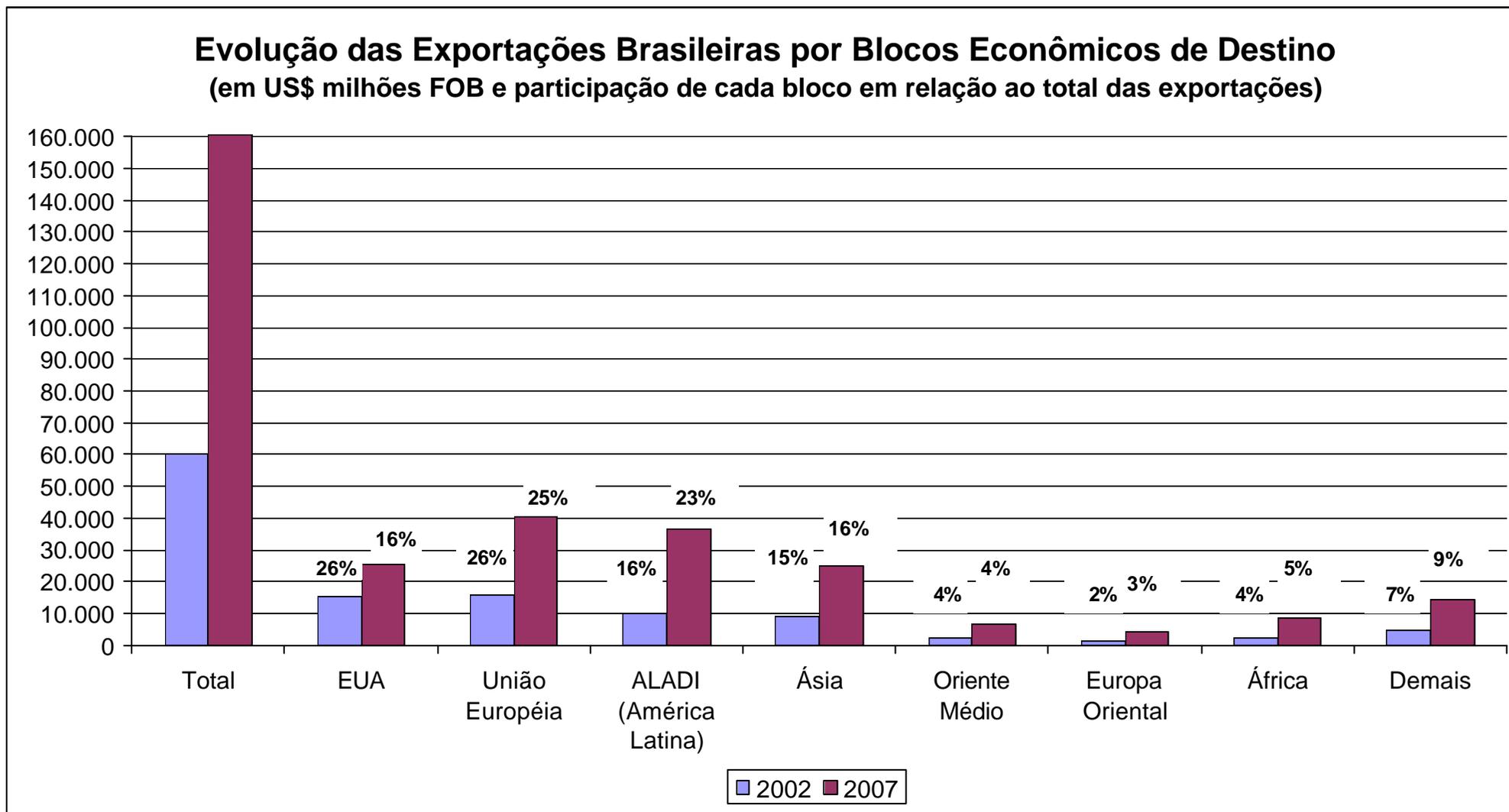
3 O saldo da balança comercial em jan/2008 foi menor devido à forte elevação das importações (+46% na comparação com jan/2007) causada pela expansão da economia e pela reposição de estoques da indústria.

4 Safra 2002.

5 Safra 2007.

EXPORTAÇÕES POR BLOCO ECONÔMICO

Evolução das exportações brasileiras por blocos econômicos de destino mostra diversificação dos parceiros comerciais



CRÉDITO

***Maior oferta de crédito impulsiona consumo e crescimento do país.
Relação entre crédito e PIB é a maior desde 1995.***

Volume total de crédito do sistema financeiro

- Alcançou R\$ 992,7 bi (mar/08).
- Relação entre crédito total e PIB é de 35,9% (mar/08), maior patamar desde 1995¹.
- Aumentou 159% no período jan/03-mar/08.

Crédito para pessoa física

- Operações com recursos livres contratadas por pessoas físicas cresceram de R\$ 88,5 bi (jan/03) para R\$ 337,7 bi (mar/08).
- Taxas médias de juros dessas operações caíram de 83,6% a.a. (jan/03) para 47,8% a.a. (mar/08).

Crédito consignado

- Alcançou R\$ 69,2 bi (mar/08).
- Taxas médias de juros do crédito consignado são de 27% a.a. (mar/08)

Crédito imobiliário

- Créditos com recursos direcionados e livres do sistema financeiro para habitação alcançaram R\$ 48,4 bi (mar/08).

Pronaf

- R\$ 32 bi, nas safras 2003/2004 à 2007/2008.

Microcrédito

- Microcrédito Produtivo Orientado²: R\$ 3,3 bi em desembolsos (jan/03-dez/07).
- Microcrédito Produtivo e Popular³: R\$ 6,3 bi em desembolsos (jan/03-fev/08).
- Bancarização: 7,7 milhões de contas correntes simplificadas e 312 mil contas-poupanças simplificadas abertas (jan/03-mar/08).

¹ Entre os meses de nov/94 e fev/95, a relação entre crédito total e PIB foi superior a 36%. O maior valor da série do Banco Central, com início em jun/88, foi registrado em jan/95: 36,8%.

² Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (MTE) – consolidação de informações do BNB (Crediamigo), BNDES, CEF e Banco do Brasil.

³ Depósitos especiais para microcrédito (2%) destinados a microempreendedores e para uso livre (crédito popular).

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Medidas microeconômicas reduzem burocracia e aperfeiçoam marcos legais

Medidas para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia

- Nova Lei de Falências (11.101/05 e LCp¹ 118/05).
- Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples nacional (123/06).
- Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim (11.598/07)
- Novo modelo para o setor elétrico (leis 10.871/04 e 11.097/05).
- Criação de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI (lei 11.080/04).
- Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (leis 10.973/04 e 11.196/05).
- Patrimônio de Afetação nas Incorporações Imobiliárias (lei 10.931/04).
- PPP² (lei 11.079/04 e decretos 5.385/05 e 5.411/05).
- Abertura do Mercado de Resseguro (LCp 126/07).
- Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis (lei 11.638/07, alterando a Lei das S.A.).
- Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais (res. CMN³ 3.401/06 e port⁴. 301/06).
- Obrigatoriedade da Conta Salário (res. CMN 3.402/06).
- Maior transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET) – res. CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07.

Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis (lei 10.931/04)
- Execução de sentença judicial (lei 11.232/05)
- Súmula impeditiva de recursos (lei 11.276/06)
- Execuções de títulos extrajudiciais (lei 11.382/06)

Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- Consignação em Folha de Pagamento (lei 10.820/03)
- Cédula de Crédito Bancário e Letra e Cédula de Crédito Imobiliário (lei 10.931/04)
- Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio, Certificados de Depósitos e Warrant Agropecuário (lei 11.076/04).
- Novo regime de tributação da Prev. Complementar (leis 11.053/04 e 11.196/05).
- Isenção de IR⁵ na troca de imóveis residenciais (lei 11.196/05).
- Juros prefixados nos financiamentos do SFH (lei 11.434/06).
- Consignado em folha para o financiamento imobiliário (decreto 5.892/06).

Em tramitação no Congresso Nacional

- PL⁶ das agências reguladoras: estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos (PL 3.337/04 – Câmara dos Deputados).
- PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (5.877/05, apensado ao 3.937/04).
- PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03).

¹ LCp – Lei Complementar.

² PPP – Parcerias Público Privadas.

³ Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional.

⁴ Portaria do Ministério da Fazenda.

⁵ IR – Imposto de Renda.

⁶ PL – Projeto de Lei.

COMBUSTÍVEIS

Investimento contínuo para manter auto-suficiência em petróleo, ampliar produção de gás e garantir segurança energética

Petróleo

■ Resultados 2007

- Tupi (Bacia de Santos¹) – jazida de petróleo e gás com previsão de cinco a oito bilhões de barris.
- Entrada em operação de seis plataformas², atingindo recordes de produção em dezembro (média de 1,8 milhão de barris diários).
- Obras de modernização, ampliação e melhoria de oito refinarias³.

■ Perspectivas 2008

- Início das obras de terraplanagem da Petroquímica Suape (PE), em jan/08 e do Comperj (RJ), em mar/08.
- Início das obras de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, no complexo portuário e industrial de Suape (PE), em parceria com a PDVSA⁴
- Processamento de HBio⁵ nas refinarias Regap, Replan, Repar e Refap.

Gás

■ Resultados 2007

- Júpiter (Bacia de Santos) – grande jazida de gás natural e condensado, cuja dimensão ainda não está delimitada.
- Entrada em operação de 632 km de gasodutos, entre eles, gasodutos da Malha Nordeste e primeiro trecho do Campinas (SP)-Rio de Janeiro (RJ).

■ Perspectivas 2008

- Início de operação do primeiro terminal de regaseificação de Gás Liquefeito Natural em Pecém (CE) jul/08; conclusão de obras do terminal da Baía de Guanabara (RJ) em set/08 que permitirá importação de gás via navios.
- Ampliação de infra-estrutura nacional de transporte de gás natural, com início das obras do gasoduto Cacimbas (ES) - Catu (BA), em mar/08, e entrada em operação do gasoduto Cabiúnas (RJ) - Vitória (ES), em fev/08. Serão sete gasodutos iniciando operação, totalizando 1.234 km.
- Início da produção do campo de Peroá II (ES), em jan/08.
- Previsão de início da produção dos campos: Camarupim e Canapu, na Bacia do ES; Campo de Lagosta, em Santos (SP), todos para dez/08.

Petróleo e gás

- Início de 51 processos licitatórios para elaboração de projetos, fornecimento de materiais, construção e montagem de instalações e unidades industriais para exploração, produção e distribuição de petróleo, gás e derivados.

Biocombustíveis - vide página 8 e cartilha da Petrobrás:

http://www2.petrobras.com.br/petrobras/portugues/pdf/Cartilha_Biocombustiveis.pdf

¹ Estende-se do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro até litoral norte do Estado de Santa Catarina, passando pelo litoral dos Estados de São Paulo e Paraná.

² P-52, P-54, Espadarte, Manati, Golfinho II e Piranema.

³ Refinaria Gabriel Passos (Regap) – Betim (MG), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) – Canoas (RS), Refinaria Landulpho Alves (RLAN) – Recôncavo Baiano (BA), Refinaria Duque de Caxias (Reduc) - Duque de Caxias (RJ), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) - Araucária (PR), Refinaria Henrique Lage (Revap) - São José dos Campos (SP), Refinaria de Paulínia (Replan) - Paulínia (SP), Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão (SP).

⁴ Petróleos de Venezuela S.A.

⁵ HBio – também chamado diesel verde, é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

ENERGIA

Mudanças no setor criam condições para garantir fornecimento de energia à sociedade e dar suporte ao crescimento econômico

Medidas para não faltar energia

- Novo modelo para o setor elétrico (leis 10.871/04 e 11.097/05).
- Retomada do planejamento: criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e elaboração dos Planos Nacionais e os Decenais de Energia.
- Crescimento econômico intensifica leilões de energia nova, com ampliação de linhas de transmissão e malha de gasodutos.
- Instituição de leilão como forma de comprar energia no mercado regulado e celebração de contratos com duração de 15 a 30 anos.

Geração e transmissão

Resultados 2007:

- o Desde 2005, realizados sete leilões de geração, com comercialização de 12.092 MW¹ médios (destaque para UHE² Santo Antônio: 3.150 MW, em dez/07). Leilão da UHE Jirau, 3.300 MW, marcado para mai/08.
- o Início de operação de duas novas UHEs (1.090 MW), da última unidade geradora da UHE Itaipu (700 MW), de três unidades geradoras da UHE Tucuruí (1.125 MW), de sete novas UTEs³ (264,1 MW), de nove unidades geradoras de UTEs já em operação (508,8 MW), de nove novas PCHs⁴ (82,3 MW) e de duas unidades geradoras de PCHs já em operação (15,8 MW), que totalizaram 3.786 MW.
- o Início de operação de 11 usinas do Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (267 MW instalados).
- o Leilão de 1.930 km de linha de transmissão (LT⁵), com deságio médio de 54,9%.
- o Conclusão de cinco LT (850 km) e início de outras seis, totalizando 2.240 km.

Perspectivas 2008:

- o Previsão de entrada em operação de 2.772,9 MW; deste total já estão em operação: 292,1 MW (duas unidades geradoras da UHE Castro Alves – 86,6 MW); três UTEs: Viena (7,2 MW), UTE São João Biogás (21,6 MW) e UTE Açominas (36,6 MW); uma PCH: Paranatinga II (29,1 MW) e seis Usinas do Proinfa (111 MW). Os 2.480,8 MW restantes previstos para entrarem em operação, em 2008, correspondem a duas UHEs (116,9 MW), quatro PCHs (82,6 MW), 13 UTEs (1.304,7 MW) e 60 usinas do Proinfa (976,6 MW).
- o Previsão de entrada de 5.320 MW em 2009 e 2.856 MW em 2010.
- o Previsão de início de construção de quatro UHEs (3.612 MW), 22 UTEs (5.074 MW) e quatro PCHs (45,5 MW), que totalizam 8.731,5MW.
- o Previsão de início de operação de 6.129 km de LT; 1.712 km, em 2009, e 1.930 km, em 2010.
- o Entrada em operação de dez LT (2,948 km); previsão de início de outras 18 (4.527 km). Já iniciadas as obras de cinco LTs (LT Itumbiara – Bom Despacho e da LT Estreito – Emborcação em jan/08, da LT Mascarenhas-Verona em fev/08, LT Campos Novos – Nova Santa Rita em mar/08 e LT Neves-Mesquita em abr/08) e entrada em operação da LT Luziânia-Emborcação em fev/2008.

¹ MW – Megawatt. Ex.: a Usina de Itaipu tem potência instalada de 14 mil MW e 20 unidades geradoras de 700 MW cada.

² UHE – Usina Hidrelétrica: acima de 30MW.

³ UTE – Usina Termelétrica.

⁴ PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas: até 30MW.

⁵ LT – Linha de transmissão.

DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

Ações concretas e resultados internacionalmente reconhecidos são a marca das políticas brasileiras para o meio ambiente

Combate ao desmatamento na Amazônia

- Desmatamento caiu de 27,4 mil km², em 2004, para 11,2 mil km² (ago/06 a ago/07). Queda acumulada de 59% no período.
- Governo respondeu rapidamente a recrudescimento do desmatamento no 2ºsem/07:
 - Criado Grupo de Trabalho e Responsabilização Ambiental¹, com objetivo de coibir desmatamento ilegal na região (dez/07).
 - Novas normas legais² deram instrumentos ao governo para aumentar fiscalização, recadastrar imóveis rurais e adotar critérios ambientais para liberação de crédito agrícola.

Emissões

- CO₂: redução, em 3 anos, de 1,4 bilhão/ton oriundas de desmatamento.
- CFCs³ (clorofluorcarbonos): relatório da ONU (set/07) mostra que País foi o 5º que mais reduziu consumo no mundo, entre 1995-2005 (os primeiros foram China, EUA, Japão e Rússia). Substituição progressiva dos CFCs, adotada voluntariamente pelo Brasil, evitou emissão de 360 milhões de ton de CO₂ equivalente⁴.

Florestas plantadas

- Investimentos em assistência técnica, capacitação e ampliação de linhas de crédito ampliaram área de plantio, de 320 mil ha (2002) para 627 mil ha(2006).
- No período 2006-2007 foram plantadas mais de 1 bilhão de árvores.

Política Nacional sobre Mudanças do Clima

- Conterá estratégias para reduzir emissões e promover remoção de gases do efeito estufa, bem como adaptação aos impactos (positivos e negativos) das mudanças climáticas.
- Até 30mai/08, o Comitê Interministerial sobre Mudança no Clima (CIM) deverá elaborar primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, para consulta pública.

Eventos

- A III Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA (7 a 10mai/08), em Brasília. Tema: "Mudança do Clima".
- Previsão de participação de cerca de duas mil pessoas na Conferência, sendo 1.104 delegados eleitos nos estados, mais 337 delegados(as) natos e representantes de mais de 40 países.
- O processo da III CNMA já mobilizou cerca de 115 mil pessoas em todo o país. Foram realizadas mais de 750 conferências, 566 municipais, 153 regionais, 26 estaduais e uma distrital, além de cinco seminários regionais/distritais.

¹ Casa Civil, Advocacia Geral da União, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Ibama e Ministério do Meio Ambiente.

² Decreto 6321/2007; Instrução Normativa nº 44, de 18fev/08 e Resolução CMN nº 3.545, de 29fev/08, IN MMA Nº 1, de 29fev/08.

³ CFCs contribuem para a destruição da camada de ozônio e possuem potencial de aquecimento global (efeito estufa) 10.720 vezes maior que o CO₂. No Brasil, desde 2001, gás não é mais utilizado em geladeiras, aparelhos de refrigeração e outras finalidades. A única exceção é para uso clínico.

⁴ "CO₂ equivalente" é medida métrica utilizada para comparar emissões de vários gases de efeito estufa baseado no potencial de aquecimento global de cada um.

AGRICULTURA

Aumentam oferta de crédito e exportações; safras batem recordes

Crédito rural

- Volume quase triplicou no atual governo: de R\$ 24,7 bi em 2002/03 para R\$ 70 bi na safra 2007/08. Destes, R\$ 58 bi foram destinados à agricultura empresarial e R\$ 12 bi ao Plano Safra da Agricultura Familiar.
- Pronaf: juros subsidiados (1% a 4% aa), podendo ser menores, mediante adimplência nos pagamentos; para Agronegócio, juros são de 6,75% aa.

Safra

- 2007 teve recorde de produção, com 133,1 milhões de ton de grãos. Recorde anterior era de 123,2 milhões, em 2003 (IBGE).
- Última estimativa disponível aponta para produção de 140,5 milhões de ton de grãos para a safra 2008 (IBGE/Conab).

Balança comercial do agronegócio

- Recordes históricos: em 2007, agronegócio exportou US\$ 58,4 bi e apresentou saldo comercial de US\$ 49,7 bi. Bom desempenho decorreu de elevado crescimento da economia mundial e do aumento dos preços de importantes *commodities*¹ da pauta de exportação.

Endividamento agrícola

- Ministérios da Fazenda, MDA² e Mapa³ apresentaram proposta para reestruturação de R\$ 66 bi da dívida do setor, estimada em R\$ 87 bi.
- Renegociações realizadas: 2003/04(R\$ 30 bi); 2005/06(R\$ 14bi); 2007(R\$ 7bi).

Carne

- Em fev/08, União Européia liberou importação de carne bovina brasileira por meio do credenciamento de 106 propriedades exportadoras de carne *in natura*. Espera-se que, ao longo do ano, seja restabelecido comércio de carne com europeus e que mais de mil propriedades sejam habilitadas.
- Cadeia produtiva da carne e Mapa se estruturam para mudanças do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov).
- Exportações totais de carne brasileira totalizaram US\$ 11,3 bi em 2007, 30,7% superior a 2006. Exportações de carne bovina *in natura* representaram US\$ 3,5 bi em 2007, valor 11,2% superior ao ano anterior.

Arroz

- Para regular abastecimento no mercado nacional, governo já leiloou, em 5/mai, 27,18 mil ton de seus estoques públicos. Realizará outros leilões.
- Mapa decidiu não exportar estoques do governo para assegurar abastecimento interno, especialmente nos próximos seis a oito meses, quando houver o período de entressafra.
- Estoque público dispõe de aproximadamente 1,4 milhão de ton e o setor privado conta com 11,6 milhões de ton. A safra 2007/08 irá colher cerca de 12 milhões de ton - 80% já foi colhida.

¹ Mercadoria em estado bruto/produto básico de importância comercial, cujo preço é regulado por bolsas internacionais.

² MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

³ Mapa: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MUDANÇA NO CAMPO

Entre 2003 e 2007 foram assentadas 448,9 mil famílias. Além de terra, governo faz chegar assistência e crédito ao pequeno produtor

Agricultura familiar

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) cresceu 250% entre as safras 2002/2003 e 2006/2007, envolvendo recursos da ordem de R\$ 8,5 bi e 1,9 milhão de contratos.
 - Pronaf Mulher – safra 2006/2007 – teve recursos da ordem de R\$ 62,8 mi e 10.900 contratos.
 - Pronaf Jovem, na mesma safra, envolveu R\$ 4,4 mi em 779 contratos. No Plano Safra 2007/2008, limite de idade para acesso foi estendido de 16-25 anos para 16-29 anos.
 - Juros subsidiados: 1% a 4% ao ano, podendo ainda ser menores, mediante adimplência nos pagamentos.
- Plano Safra da Agricultura Familiar (2007/2008): disponibiliza R\$ 12 bi nas diversas linhas do Pronaf, podendo beneficiar 2,2 milhões de famílias.
 - Recursos sem atraso.
 - Desburocratização: Cartão Pronaf com melhora no atendimento bancário.
 - Assistência técnica: cobertura passou de 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores, em 2007.
 - Criação do Seguro da Agricultura Familiar e do Garantia-Safra no semi-árido.
 - Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – com R\$ 1,3 bi aplicados entre 2004 e 2007 – e implantação da linha Pronaf Comercialização.
 - Repactuação das dívidas dos produtores.

Reforma Agrária

- Governo assentou 448,9 mil famílias entre 2003/2007 em 38 milhões de hectares (equivale a 50% do total em 35 anos de história do Incra)
 - Ampliação da assistência técnica: de 85,4 mil famílias atendidas em 2002 para 555,3 mil em 2006.
 - Aumento do crédito inicial de R\$ 4,5 mil para até R\$ 13,3 mil em 2007.
 - Energia elétrica: 132,8 mil ligações efetuadas pelo Luz para Todos.
 - Educação: 218 mil pessoas beneficiadas em quatro anos.
 - Saúde: municípios com assentamentos tiveram aumento de repasses dos programas de Atenção Básica, Saúde da Família e Saúde Bucal, desde jun/04.
- **Regularização fundiária:** editada MP 10/2008, que trata de regularização da Amazônia Legal. Pela MP, Incra fica dispensado de realizar licitação para regularizações fundiárias de propriedades de até 15 módulos fiscais. Cada município tem seu módulo fiscal, que varia de dez a 100 hectares.

Fortalecimento do Incra

- Nomeação de 1.800 servidores, aprovação e implantação do Plano de Carreira dos Servidores e plano de capacitação.
- Aprovação de nova estrutura organizacional e investimentos em equipamentos, prédios e veículos.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Prioridade é redução das desigualdades regionais e convergência da ação pública em benefício das regiões menos favorecidas

Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – PDSA¹

- PDSA é primeiro plano específico para a região. Em articulação com Sudene, estão previstas audiências públicas para consulta e validação.

Pró-água Semi-árido e Infra-estrutura²

- Concluídos 35 sistemas³, com investimento total de R\$ 379,5 mi, beneficiando 2,5 milhões de pessoas.
- Mais dez sistemas em fase final de implantação e outros dois em fase de contratação. População atendida estimada é de 4,2 milhões de pessoas.

Projeto São Francisco - <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/projeto/index.asp>

- Destinados R\$ 687,7 mi, incluindo obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Pisf) e diversos empreendimentos nos estados beneficiados pelo projeto.
- Continuidade do programa de Revitalização da Bacia do São Francisco está assegurada por recursos do PAC, da ordem de R\$ 1,374 bi.
- Portaria 1.031/2007 instituiu Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Integração para elaboração de Plano de Desenvolvimento das Áreas de Integração e Revitalização do São Francisco, que terá 1ª versão em jun/08.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

- Instituída pelo Decreto 6.047/2007, objetivo é potencializar desenvolvimento de regiões e sub-regiões do País, tendo como uma das estratégias o aproveitamento da diversidade regional brasileira.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)

- Criação do FNDR, proposta no âmbito da PEC da Reforma Tributária, está em discussão no Congresso Nacional e prevê aplicação de recursos em projetos de infra-estrutura, ciência, tecnologia e inovação, qualificação de mão-de-obra, governança, fortalecimento institucional e de capital humano.

Fundos Constitucionais de Financiamento

- Em 2007, financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) totalizaram R\$ 7,3 bi, crescimento de 4,4% ante 2006, sendo R\$ 1,1 bi aplicados pelo FNO, R\$ 4,2 bi pelo FNE e R\$ 2 bi pelo FCO.

Sudene⁴/Sudam⁵/Sudeco⁶

- Criadas as novas Sudam e Sudene, esta última com instalação e posse do Conselho Deliberativo em 30abr/08.
- O PLC 119/2006, de criação da nova Sudeco, tramita no Senado Federal.

¹ Entrou no Plano Plurianual PPA 2004/07.

² Programa faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido.

³ Sistemas de captação, condução e distribuição de água.

⁴ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

⁵ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

⁶ Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

MARCHA DOS PREFEITOS

Cresce o Brasil, ganham os municípios. Relações com municípios dão salto de qualidade, com cumprimento de compromissos e significativo aumento de repasses

Aumento dos recursos municipais

- Efeitos do crescimento econômico:
 - FPM¹ passou de R\$ 19,3 bi em 2003 para R\$ 33,9 bi em 2007.
 - ISS² passou a representar fatia mais significativa das Receitas Próprias Municipais: de 38,4% em 2003 para 45,12% em 2006.
- Transferências reajustadas acima da inflação³:
 - Partilha da Cide⁴, de R\$ 322,1 mi em 2004, para R\$ 465,4 mi em 2007.
 - Recursos para saúde, de R\$ 13 bi em 2003, para R\$ 19 bi em 2007.
 - Recursos do salário-educação, de R\$ 1,6 bi em 2004, para R\$ 2,3 bi em 2007. Transporte escolar: de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007).

Recursos injetados por programas sociais em 2007

- Bolsa Família e BPC⁵: R\$ 9 bi e R\$ 11,5 bi, respectivamente.

Compromissos assumidos em 2006 e já cumpridos

- Ampliação de 1% do FPM.
- Lançamento da Agenda Social.
- Estruturas de atendimento, como Sasf⁶ e Salas das Prefeituras/CEF.
- Envio de nova proposta de Reforma Tributária ao Congresso Nacional.
- Lançamento do PDE e acompanhamento no CAF⁷.
- Fundeb: R\$ 48 bi em 2007 e R\$ 61 bi em 2008.
- PAC Habitação: R\$ 1,02 bi para 1.053 municípios de 26 estados.
- PAC Saneamento: R\$ 12,56 bi em 2007, 976 projetos.
- Lançamento do Programa Mais Cultura - R\$ 4,7 bi até 2010.
- Lançamento do Programa Territórios da Cidadania.
- Lei dos Consórcios Públicos; Marco Regulatório Saneamento; Sistema Único de Assistência Social - Suas; Sistema Nacional de Cultura.

Anúncios do Presidente na Marcha dos Prefeitos 2008

- Portal de Convênios - simplifica acesso a programas federais.
- Provias: mais R\$ 500 mi para aquisição de máquinas.
- Comitê Gestor ITR - concluirá transferência da cobrança para os municípios.
- GT Interministerial de apoio a transição governamental dos municípios.
- Envio ao Congresso da Nova Lei do Transporte Escolar Rural.
- Agenda Nacional de Apoio à Gestão dos Municípios.

1 Fundo de Participação dos Municípios.

2 Imposto Sobre Serviços (competência municipal).

3 Inflação medida pelo IPCA. Valores a preços de dez/07.

4 CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

5 Benefício de Prestação Continuada, sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

6 Sistema de Assessoria Federativa.

7 CAF – Comitê de Articulação Federativa.

AQUICULTURA E PESCA

Ações do governo para desenvolvimento sustentável do setor geram inclusão social e soberania alimentar

Seap¹ e Conape²

- Seap: tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, articulando atores, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a soberania alimentar do Brasil.
- Conape: reúne entidades do setor; já realizou duas conferências nacionais e o I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura.
- Até 2011, ações e programas da Seap devem aumentar em até 70% produção nacional, que atualmente atinge 1 milhão de ton.

Infra-estrutura

- Em 2008 foram criados os Cipars³, cuja previsão é instalar 150 unidades até 2011. Estão funcionando um no Rio de Janeiro e outro no Rio Grande do Sul.

ProLagosta – Programa de crédito para pescadores de lagosta dos estados do NE

- O ProLagosta 2008 foi lançado pela Seap e BNB⁴. Disponibilizou R\$ 11 mi para atender necessidade de crédito de pescadores de lagosta. Opera com recursos do Pronaf e do Aquipesca, do FNE⁵. Prazo de liquidação do financiamento passou de dois para três anos, a taxas de juros entre 2% e 10% a.a.

Armadores de pesca

- Alteradas as regras de financiamento com recursos de crédito rural para setor pesqueiro. Armadores de pesca incluídos entre beneficiários. Limite de crédito para custeio, comercialização e industrialização da atividade pesqueira, com recursos obrigatórios, aumentou de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil.

Produção e investimento

- Em 2007, foram feitos investimentos de R\$ 35 mi na reordenação da pesca da lagosta no Nordeste e da pesca do camarão sete-barbas no eixo Sul-Sudeste.
- Seguro Defeso⁶, em 2007, foi acessado por 305 mil pescadores artesanais.
- Programa Pescando Letras⁷ atendeu, em 4 anos, cerca de 120 mil pessoas.

Parques aquícolas⁸

- Implantação objetiva ordenar aproveitamento de águas da União para produção de pescado, com geração de renda e alimento.
- Lançado (abr/08) edital para selecionar aproximadamente 800 famílias que receberão “lotes” de água do açude do Castanhão (CE), para criação de pescado. Cessão é gratuita e vale por período renovável de 20 anos. Selecionados recebem, cada um, área de 1,2 mil m² de espelho d’água do lago.

Campanha de incentivo ao consumo do pescado

- Realização da Semana do Peixe desde 2003, em setembro de todos os anos, com ofertas e promoção de pescado em supermercados (parceria com a Abras⁹).

¹Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura, com status de ministério, criada em 2003.

²Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, criado em 2003.

³Centros Integrados da Pesca Artesanal.

⁴Banco do Nordeste.

⁵Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

⁶Seguro que o pescador recebe no período de impedimento da pesca.

⁷Alfabetização de pescadores.

⁸Demarcação de áreas de águas da União - barragem ou lagos - para criação de peixes.

⁹Associação Brasileira dos Supermercados.

HABITAÇÃO

Ampliação de financiamentos beneficia especialmente população de baixa renda, dinamizando indústria da construção civil

Impacto

- De 2003 a 2007 foram R\$ 82 bi em investimentos habitacionais. Recursos federais da ordem de R\$ 44,3 bi, que beneficiaram cerca de 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% com renda de até cinco salários mínimos. Investimentos privados – R\$ 37,8 bi – cresceram no período mais de 700%.
- Em 2008, foram alocados R\$ 9,2 bi em habitação, sendo R\$ 3,8 bi oriundos de programas federais¹ que beneficiaram, aproximadamente, 350 mil famílias.

Baixa renda

- FNHIS²: R\$ 1 bi/ano. Em 2007, foram destinados R\$ 650 mi para urbanização de 146 assentamentos precários, R\$ 304,4 mi para provisão habitacional, R\$ 35,7 mi para elaboração de planos habitacionais pelos municípios e R\$ 9,7 mi na contratação de assistência técnica. Em 2008, foram destinados R\$ 395,4 mi para urbanização de 103 assentamentos precários; R\$ 443,9 mi para provisão habitacional; R\$ 16,3 mi para elaboração de planos locais para município e estados; e R\$ 15,3 mi na contratação de assistência técnica³.
- Programa Crédito Solidário (juro zero): de 2005 a 2007, foram financiados R\$ 209,1 mi para um total de 48.796 beneficiários. Em 2008, financiados R\$ 35,1 mi para um total de 7.588 beneficiários. Previsão para final de 2008 é de R\$ 190 mi em financiamento, para um total de 38 mil beneficiários.
- Programa Papel Passado: 1,5 milhão de famílias⁴ com processos de regularização iniciados, em 2.388 assentamentos de 370 municípios. Entregues 330 mil títulos⁵. Em 2007, investidos R\$ 9,8 mi em ações que envolvem elaboração de planos municipais de regularização fundiária e atividades de regularização.

Classe média

- Financiamento da CEF passou de 20 para 30 anos.
- Carta de Crédito FGTS: menor encargo mensal em financiamentos de R\$ 80 mil e exigência de menor renda familiar.
- Redução da taxa de juros para financiamentos: de 8,66% para 8,16% ao ano, para renda até R\$ 4,9 mil e imóveis com valor máximo de R\$ 130 mil (a depender da cidade)⁶.

Incentivo ao setor da construção civil

- Benefícios fiscais: redução de alíquotas e eliminação de IPI de produtos da cesta básica de material de construção, agora com taxa zero.
- Financiamento imobiliário com taxas pré-fixadas (TR facultativa).
- Crédito consignado para financiamento da casa própria.
- Linha de crédito da CEF para financiamento da produção imobiliária.

¹ Programa de Arrendamento Residencial (PAR); Programa Crédito Solidário; Carta de Crédito FGTS (Individual e Associativa); Apoio à Moradia; FNHIS; e Pró-Moradia. Estão somados os valores da seleção do FNHIS e do Pró-Moradia para 2008.

² Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

³ Prevista a continuidade da sistemática 2008 para ação de apoio à elaboração de planos habitacionais, no total de R\$ 10 mi, e seleção para nova ação Produção Social da Moradia, no valor de R\$ 100 mi.

⁴ Famílias com processos iniciados: 1.499.600.

⁵ Títulos concedidos: 330.664. Destes, 107.575 registrados em cartório. Dados contabilizados até abr/08.

⁶ Res. 535, de 1ºago/07, do Conselho Curador do FGTS.

INCLUSÃO DIGITAL

Ampliação do acesso à banda larga, barateamento de computadores e investimento em escolas e telecentros popularizam internet

Programa Banda Larga nas Escolas

- Decreto 6.424, de 4abr/08, altera Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
- Concessionárias de telefonia fixa ficam obrigadas a implantar infraestrutura de internet em banda larga nos 5.564 municípios do País, em três fases (40% em 2008, 80% em 2009 e o total em 2010) e doar modems e serviços de conexão à internet de alta velocidade a 56,7 mil escolas públicas, atendendo 86% dos alunos do Ensino Básico.

Computador para Todos

- PIS/Cofins reduzidos (9,25%); financiamento; garantia de 15h de conexão discada a R\$ 7,50 (tarifa 84% menor que a normal).
- Notebook¹ para professor do Ensino Básico da rede pública: financiamento e logística para aquisição – 30% no primeiro ano (600 mil professores).
- Brasil ocupa 1º lugar em comercialização de PCs² na América Latina (47,3%) e 5º no mundo, com previsão de ser o 3º em 2010.
- Em 2007, foram comercializados 10 milhões de PCs (24,4% a mais que em 2006); venda de notebooks aumentou 183% ante 2006, a de desktops, 7%. Estimativa para 2008: 11,7 milhões de PCs (17% a mais que em 2007).
- Cai participação do mercado clone³ no mercado de computadores, de 64% em 2004 para 35% em 2007.

Um Computador por Aluno - UCA

- 2007: Experimentos iniciais em cinco escolas públicas (Porto Alegre, São Paulo, Palmas, Pirai e Brasília).
- 2008: Projeto-piloto com licitação de 150 mil notebooks para cinco escolas estaduais por estado (pelo menos uma rural); uma a cinco escolas municipais em cada estado; e cinco municípios completos (máximo de 5 mil professores e alunos).

Telecentros comunitários

- Doação de 5.400 kits de telecentro para municípios em 2008, Casa Brasil, Centros Vocacionais Tecnológicos, Centros de Inclusão Digital, Pontos de Cultura, Telecentros de Informações e Negócios, Computadores para a Inclusão, Telecentros Maré, Quiosque Cidadão, Telecentros Serpro, Rede BB, Estações Digitais da Fundação BB.
- Observatório Nacional da Inclusão Digital - para registro, acompanhamento, articulação e avaliação dos telecentros.

¹ Computador portátil.

² Personal Computer – computador pessoal.

³ Mercado clone: mercado no qual máquinas são montadas com componentes adquiridos ilegalmente, geralmente por empresas que não possuem o Processo Produtivo Básico (PPB).

Programas

■ Segundo Tempo (lançado em 2003)

- Oferece atividades esportivas e educativas no contraturno da escola.
- Crianças recebem café reforçado e almoço ou almoço e lanche.
- Atendeu, entre 2003-2007, 2,94 milhões de crianças, adolescentes e jovens.
- Presente em 1.192 municípios de todos os estados.
- Implantado em Angola e Moçambique; fase de avaliação técnica no Haiti.

■ Pintando a Liberdade (lançado em 1999)

- Promove ressocialização de internos do sistema penitenciário, profissionalizando-os no ofício de confecção de materiais esportivos. Detentos integrantes do processo são remunerados e obtêm remissão de um dia em sua pena, a cada três trabalhados.
- Contribui com ressocialização e profissionalização de 12.700 detentos.
- Entre 2003-2007, programa passou de 16 para 73 unidades prisionais.
- Produzidos, entre 2003-2007, 1,76 milhão de itens de materiais esportivos.

■ Pintando a Cidadania (criado em 2004¹)

- Objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e ingresso no mercado de trabalho em fábricas de materiais esportivos.
- Já beneficiou 1.873 pessoas. Produzidos, entre 2004-2007, 3,49 milhões de itens em 23 unidades de áreas carentes.

■ Esporte e Lazer na Cidade (lançado em 2003)

- Programa é focado em pesquisa, informação, gestão compartilhada e ações educativas de esporte e lazer de inclusão social.
- Realizadas duas chamadas públicas: uma para projetos de núcleos de esporte recreativo e de lazer e do Vida Saudável, com 960 inscritos; outra para projetos de pesquisa do esporte recreativo e do lazer (Rede Cedes), com 60 projetos inscritos. Os dois processos estão em fase final de seleção.
- Orçamento de 2008 para Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer é de R\$ 7,1 mi, mais R\$ 21,1 mi de emendas parlamentares. Meta é financiar funcionamento de 404 núcleos, beneficiando 1,6 milhão de pessoas.
- Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer para Idosos/Vida Saudável receberam R\$ 3,2 mi, para financiar 81 núcleos, beneficiando 80.000 idosos.
- Recursos para desenvolver o esporte recreativo e lazer/Rede Cedes são de R\$ 1 mi e financiarão 21 pesquisas.

■ Bolsa-Atleta (lançado em 2005)

- Concedeu auxílio financeiro a 3.945 atletas de alto rendimento sem patrocínio. Em 2007, foram 2.714 bolsas.
- Orçamento previsto para 2008 é de R\$ 21 mi.
- Inscrições começaram em abr/08 e irão até 4jun/08 (já há 1.500 inscritos).

■ Timemania

- Loteria ajuda clubes de futebol a pagar dívidas com União. Após quitação dos débitos, receberão repasse dos recursos. Primeiro sorteio em 1ºmar/08.

¹ O Pintando a Cidadania é uma ação do Projeto Pintando a Liberdade.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Políticas públicas promovem inclusão social e igualdade racial

Institucionalização

- Criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e instalação do Conselho Nacional e da Política Nacional para o setor.

Programa Brasil Quilombola – Período: mar/04 a dez/08

- 38 territórios titulados, de 44 comunidades, beneficiando 7.158 famílias¹.
- 594 processos de regularização de terras instaurados e 21 relatórios de regularização publicados em 2007, com investimento de R\$ 4,5 mi.
- Identificação de 3.524 comunidades quilombolas e certificação de 1.209.
- R\$ 1 mi para 54 comunidades do Maranhão, Bahia e Minas Gerais com ações de infra-estrutura e capacitação produtiva.
- R\$ 220 mil para ensino e profissionalização em duas comunidades ciganas (Paraíba).

Infra-estrutura

- R\$ 4,3 mi, em 2007, para obras na Comunidade Kalunga (GO) e no Quilombo de Ivaporanduva (SP), atendendo mais de 3.000 famílias².
- Iniciadas, em 2007, ações de saneamento em 92 comunidades quilombolas de 49 municípios (14 estados), atendendo 8.092 famílias.
- Seleção de 64 comunidades para elaboração e contratação de projetos de saneamento, visando atendimento de 10.909 famílias.

Educação e cidadania

- 45% dos bolsistas do Prouni (2005 a 2007) são afrodescendentes (136.796).
- Obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira na rede pública (Lei 10.639/03): mais de mil professores capacitados.

Cotas

- Projeto de Lei 6.912/02, em tramitação na Câmara.
- 23 universidades federais, 25 estaduais e 3 Cefets³ implementaram cotas raciais.

Trabalho e geração de renda

- 41 mil jovens negros atendidos pelo Consórcio Social da Juventude (56% do total).
- 60% dos beneficiados pelos cursos de qualificação promovidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE entre 2004 e 2006 eram negros e/ou indígenas.
- Instalados, desde 2004, 75 núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e combate à discriminação em Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs)⁴.

Saúde e qualidade de vida

- Instituição da Política Nacional de Saúde da População Negra.
- Inclusão da questão racial nas análises epidemiológicas e de vigilância em saúde e implementação do Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme⁵ e outras hemoglobinopatias.

¹ Essas titulações somam-se às feitas de 1995 a 2003, totalizando, hoje, 92 territórios titulados de 145 comunidades.

² Reforma de pontes na Comunidade Kalunga; em andamento construção de ponte sobre o Rio Ribeira, no Quilombo de Ivaporanduva; processo de licença ambiental em análise na Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

³ Cefets: Centros Federais de Educação Tecnológica.

⁴ São 27 DRT's com 115 subdelegacias. Mais de 400 têm agências de atendimento.

⁵ Doença hereditária que atinge predominantemente a população negra.

4 – ESTUDOS, PESQUISAS, ARTIGOS E ANEXOS

Índice

Tema	Página
1. Conselhos e Conferências Nacionais 2003 a 2008	56
2. Pnad 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	58
3. ODM – Relatório 2007 – Pnud	59
4. Artigo: Falso dilema da produção de alimentos, por Hélio Tollini	60
5. Artigo: Produzam biocombustíveis corretos, por Roger Cohen	62

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Entre 2003 e 2008, mais de 3 milhões de brasileiros participaram de 46 conferências para debater políticas públicas

Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)

Consolidação dos conselhos existentes

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005)
- Conferência Nacional Infante-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)
- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)
- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)
- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2005)
- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)

PNAD 2006

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios registra avanços econômicos com melhoria dos indicadores sociais e padrões de consumo

Síntese do Suplemento Social da Pnad – IBGE, (divulgado em 28mar/08)

- Analisa população atendida por programas e mede efeitos do Bolsa Família, BPC¹ e Peti² (além dos demais programas).
- Comparando-se dados de famílias com auxílio e famílias sem auxílio, é possível afirmar que:
 - Recursos chegaram efetivamente às famílias e regiões mais pobres.
 - Programas, com outras políticas, melhoraram condições de vida de famílias mais pobres.
 - Reforçaram-se incentivos para maior frequência escolar entre beneficiários.
 - Custo orçamentário do Bolsa-Família permanece modesto, comparado a benefícios e resultados.

Melhora de indicadores econômicos e sociais

- Destaques no período 2003-2006
 - Renda média real aumentou 5,3%; desigualdade de renda pelo Índice de Gini caiu de 0,563 para 0,541 (o menor desde 1981).
 - Criadas 8,56 milhões de ocupações. Somente em 2006, foram 2,1 milhões, sendo 83% formais.
 - Taxa de desemprego diminuiu para 8,4% em 2006, menor nível desde 1998. Queda em todas as regiões.
 - Atual proporção de contribuintes para Previdência (48,8%) é a mais alta desde início dos anos 90.
 - Melhorou: abastecimento de água (83,2%), saneamento básico (70,6%), coleta de lixo (86,6%).
- Comparação 2005-2006: acesso a bens duráveis e serviços cresceu
 - Domicílios com geladeira (de 88% para 89,2%), máquina de lavar roupa (de 35,8% para 37,5%), televisão (de 91,4% para 93%) e computador (18,6% para 22,1%).
 - Atendidos por rede de energia elétrica (de 97,2% para 97,7%); telefonia (71,6% para 74,5%).
- Acesso à educação melhorou
 - Praticamente todas as crianças na escola (97,6%), na faixa 7-14 anos.
 - 5,9 milhões de estudantes universitários (+13,2% ante 2005).
 - Taxa de analfabetismo caiu de 10,2% para 9,6%, decrescendo em todas as regiões e em todas as faixas de idade.
- Trabalho infantil caiu, de 12,2% da população ocupada, para 11,5% em 2006 (5 a 17 anos).

¹ Benefício de Prestação Continuada.

² Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

ODM – RELATÓRIO 2007

Redução da desigualdade e melhor nível educacional e de saúde em 2007 atestam compromisso brasileiro com Objetivos do Milênio

Pobreza

- País ultrapassou meta de reduzir pela metade a pobreza extrema até 2015. Quase seis milhões de pessoas saíram da miséria entre 1992-2005.
- Desigualdade atingiu nível mais baixo da história em 2005.
- Desnutrição em crianças menores de um ano caiu para 2,4%, em 2006.

Educação

- Universalização do acesso à educação à população de 7 a 14 anos.
- Aumento do índice de conclusão da educação fundamental.
- Ampliação da taxa de alfabetização entre pessoas de 15 a 24 anos.

Igualdade de gênero

- Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Mortalidade infantil

- Redução da taxa de mortalidade infantil, especialmente na região Nordeste.

Saúde Materna

- Redução da mortalidade materna.

HIV/Aids, malária e outras doenças

- Estabilização da infecção pelo HIV (2000 a 2004).
- Redução da incidência de malária e de tuberculose em 2006.

Sustentabilidade ambiental

- Cumprida meta de diminuição do consumo de gás CFC (responsável pela destruição da camada de ozônio): queda acima de 90%, entre 1999-2006.
- Redução do desmatamento da Amazônia (44% entre 2003-2006).

Parceria Global

- 184 projetos e atividades em execução de cooperação técnica com países em desenvolvimento, em 2007.
- Desconto de US\$ 1,25 bi em dívidas de países menos desenvolvidos.
- O número de celulares atingiu 100 milhões de linhas e o de internautas 32,1 milhões, em 2005.

Hélio Tollini*

A preocupação com o abastecimento de alimentos apresenta falso dilema para o mundo em desenvolvimento: produzir alimentos e biocombustíveis ou apenas alimentos. A culpa da elevação recente dos preços dos alimentos é erroneamente atribuída à concorrência dos biocombustíveis. É citado como evidência o caso singular do programa norte-americano de produção de etanol a partir do milho, um alimento.

Esse programa é ineficiente. Ele se sustenta em generosa oferta de subsídios e desloca parte da produção de milho para a produção de combustível renovável. Não é essa a situação do programa brasileiro de etanol. A reduzida informação disponível para o mundo sobre o caso do sucesso do etanol no Brasil não é obra do acaso.

Existem grandes interesses em não permitir que biocombustíveis se tornem fonte de energia. São interesses não aparentes, mas óbvios. Eles se escondem atrás de uma causa nobre, a fome no mundo. Na verdade, esses grupos se posicionam contra a produção de biocombustíveis apenas para proteger interesses econômicos e geopolíticos. Tal campanha coincide com o anúncio extemporâneo sobre descobertas de novas e enormes reservas de petróleo — e logo no país com maior potencial e entusiasmo para produzir etanol.

A discussão sobre o tema peca pela falta de dois argumentos, um do lado da demanda e outro do lado da oferta. Do lado da demanda, falta lembrar que os empregos gerados pela produção de biocombustíveis melhorarão o acesso a alimentos para maior número de pessoas. A fome afeta a todos aqueles que não dispõem de renda para comprar alimentos, em qualquer parte do mundo, com ou sem produção de biocombustíveis. A redução do número de famintos somente será obtida com programas que facilitem aos grupos de baixa renda o acesso aos alimentos, ou com a geração de empregos que possam prover, a esse contingente de deserdados, salários melhores.

Do lado da oferta, o princípio de economias de escopo mostra que, freqüentemente, uma empresa ou país estará usando melhor seus recursos se produzir dois ou mais produtos, em vez de apenas um. No caso brasileiro, o uso de recursos para produzir somente alimentos seria antieconômico. Alguns especialistas acham que os países em desenvolvimento são incapazes de prover o suficiente para abastecimento de suas populações. Recomenda que os países industrializados cuidem de suprir os alimentos necessários para abastecer o mundo. Entretanto, a solução não está em evitar a produção de biocombustíveis, mas em expandir a produção e o acesso a alimentos, onde mais importa: nos próprios países pobres.

A produção e comercialização de biocombustíveis podem reduzir a fome, graças aos empregos que geram. Basta que os subsídios nos países ricos não impeçam a expansão da produção em países como os da África, por exemplo. Angola, país rico em terras agricultáveis, com enorme potencial produtivo, é importador de alimentos. Com recursos de petróleo e de diamantes, Angola pode importar o que quiser, mas só a produção interna gerará o desenvolvimento que sua população precisa.

* PhD em economia. Artigo publicado no Correio Braziliense em 28abr/08.

ARTIGO

Felizmente, superados os 30 anos de guerra civil, Angola se prepara para promover esse desenvolvimento.

Se os países desenvolvidos se encarregarem do abastecimento de alimentos e da produção industrial, e aos demais países não for permitida a produção de combustíveis renováveis, nada restará para os países em desenvolvimento. É preciso criar condições para que aumente o emprego na agricultura dos países pobres, seja na produção de alimentos ou de biocombustíveis. Esses países devem perseguir as oportunidades oferecidas pela produção e comercialização, tanto de alimentos quanto de biocombustíveis.

O Brasil não deve esperar autorização de ninguém para estimular sua produção de biocombustíveis. Mesmo que os mercados dos países ricos se fechem para o etanol brasileiro, o mercado interno sustentará a expansão do setor até que o mundo perceba as vantagens dos combustíveis renováveis. “Autoridades” internacionais que pregam a eliminação dos biocombustíveis quase nunca miram o interesse dos pobres nos países em desenvolvimento. Aparecem quando convém a determinados grupos de interesse. Sua solidariedade com os pobres do mundo é pontual e suspeita.

Roger Cohen*

Os modismos chegam rápida e ferozmente em nossa era viral, e as reações a eles podem ser igualmente ferozes. É o que estamos vendo agora com os biocombustíveis, que todos amavam até que todos decidiram que eles são a pior coisa desde a Peste Negra.

Se o combustível destilado de biomassa já foi saudado como resposta a toda espécie de problemas, do aquecimento global à redistribuição geoestratégica do poder que favorece estados petrolíferos repressivos, ele agora se tornou "fraude" e "parte do problema", de acordo com a revista "Time". O etanol tornou-se um horror.

São muitos os supostos crimes dos biocombustíveis. Eles estão por trás da disparada mundial nos preços das *commodities*, da destruição da floresta amazônica, do aumento em lugar da redução do efeito-estufa, dos tumultos no Haiti relacionados à falta de comida, do desmatamento na Indonésia e, sem dúvida, da dor de dente da sua sogra.

A maior parte dessas alegações, usando uma imagem do meio rural, é lavagem para porcos e um contra-senso.

Eu admito que a moda dos biocombustíveis gerou excessos e que algumas das conversões de vegetais de uso alimentício em fonte de combustível, especialmente nos EUA e na Europa, que operam com fortes subsídios, não fazem sentido do ponto de vista econômico e ambiental. Mas os biocombustíveis continuam a ser parte da solução.

A questão é determinar quais biocombustíveis.

Antes de chegarmos a isso, é preciso demolir alguns mitos. Se os preços do arroz asiático dispararam, junto com os preços mundiais do trigo e do milho, isso não se deve ao fato de Jon Doe, em Iowa, ou Jean Dupont, na Picardia, terem decidido transformar seus saborosos milho e beterraba em estoques de álcool, desagradável ao paladar.

Tendências muito maiores estão em ação. Elas impedem o crescimento da ainda frágil indústria do biocombustível (um negócio de aproximadamente US\$ 40 bilhões anuais ou o equivalente aos lucros da Exxon Mobil em 2007, de US\$40,6 bilhões). Eu me refiro à ascensão surgimento de mais de um terço da humanidade na China e na Índia, ao dólar em desintegração e à disparada dos preços do petróleo.

Na Ásia, ao longo da última década, centenas de milhões de pessoas moveram-se da pobreza para a economia global. Elas passaram a comer duas vezes por dia, não apenas uma, e deram impulso a uma rápida urbanização. Sua demanda por gêneros alimentícios e outros luxos antes impensáveis, como a carne, está puxando os preços para cima.

Ao mesmo tempo, a elevação do preço das *commodities*, no ano passado, acompanhou, em larga medida, a paridade de um dólar bombardeado. Os preços do arroz dispararam em termos de dólares, mas subiram bem menos em euros. Países como a China estão trocando reservas depreciadas de dólares por estoques valiosos de *commodities*.

* Colunista, Editor-at-large do New York Times. Artigo publicado no New York Times, em 24abr/08.

ARTIGO

A alta dos alimentos também está vinculada ao petróleo, com preço próximo a US\$ 120 o barril. Combustíveis fósseis são um ingrediente importante para tudo, de fertilizantes a tratores a diesel.

Outro mito que precisa ser demolido é o de que a floresta amazônica está sendo destruída para abrir espaço ao álcool brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar. Quase todas as áreas viáveis para o cultivo de cana ficam a centenas de quilômetros da floresta. O Brasil dispõe de cerrado suficiente para multiplicar por dez seus 3,5 milhões de hectares destinados à produção de cana para o fabrico do etanol, sem ter de chegar perto do ecossistema da Amazônia.

A floresta tropical brasileira está queimando, como acontece há muito tempo, por uma mistura complexa de razões econômicas. A indústria brasileira bem sucedida do etanol – 80 por cento dos carros novos são movidos tanto a álcool como a gasolina e toda a gasolina contém 25 por cento de biocombustível – não é uma delas.

O perigo de toda essa histeria contra os biocombustíveis é que terminemos por jogar fora o bebê junto com a água do banho.

Os centenas de milhões de chineses e indianos que agora comem mais estarão dirigindo seus carros nos próximos 25 anos. O que isso representará em termos de preços de petróleo ninguém sabe, mas está claro que o etanol representa a única alternativa viável do ponto de vista técnico e econômico para a substituição, em grande escala, dos combustíveis fósseis no transporte, nos próximos 15 ou 20 anos. Não é uma panacéia, mas é uma ponte necessária ao próximo grande avanço da tecnologia.

A questão é: qual etanol?

No momento, o mercado de biocombustíveis vem sendo totalmente distorcido por subsídios e barreiras comerciais nos EUA e na União Européia. Isso torna compensador produzir álcool a partir do milho ou de grãos que são bem menos produtivos que o álcool proveniente da cana, desviam terra dedicada à produção de alimentos (o que não acontece com a cana-de-açúcar) e têm credenciais ambientais dúbias.

Que sentido faz ter excedente de etanol brasileiro, baseado no açúcar, ambientalmente amigável e impacto zero sobre os preços de alimentos, com uma produtividade oito vezes maior do que o etanol proveniente do milho, dos Estados Unidos, ser mantido longe do mercado americano por uma tarifa de 54 centavos de dólar por galão, enquanto o álcool do milho de Iowa ganha subsídios?

“Faria muito mais sentido retirar a tarifa, retirar o subsídio e permitir que o etanol brasileiro entre nos Estados Unidos”, disse Philippe Reichstul, o chefe executivo de uma companhia de biocombustíveis de São Paulo. “A pressão sobre a terra nos Estados Unidos seria reduzida drasticamente”.

Os Estados Unidos e a Europa devem manter suas metas de biocombustíveis. É preciso resistir à pressão para que se derrube o programa europeu que propõe a inclusão de um décimo de combustíveis renováveis no combustível de todos os veículos até 2020, enquanto são repensadas as políticas que favorecem os biocombustíveis errados.

A verdadeira fraude está no protecionismo e nos subsídios distorcidos dos países desenvolvidos, não na idéia dos biocombustíveis.

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao